

Cabeças de negros

Ivone Gebara

José Gonçalves

José Maurício Arruti

Marcelo Paixão

Omar Ribeiro Thomaz

Ordep Serra

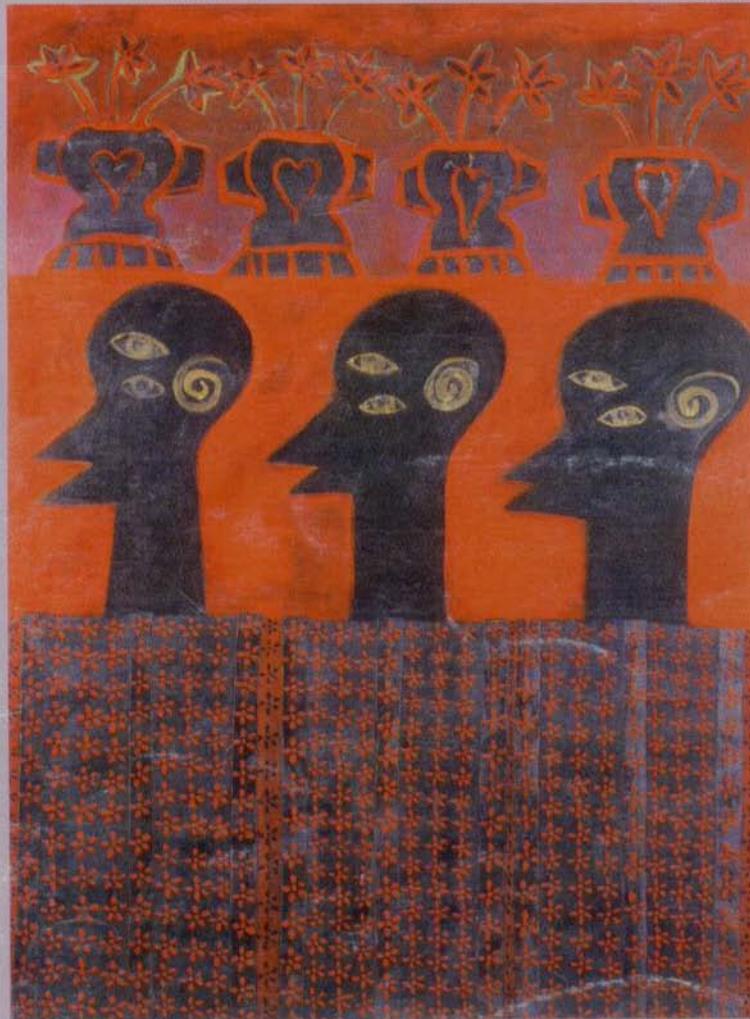
Osmundo de Araujo Pinho

Patrícia Pinho

Pio Penna Filho

Rosana Heringer

Edição especial



A CAMPANHA DA PRIMAVERA PELA VIDA NAS IGREJAS

Dentro das atividades da Campanha Primavera Pela Vida, o dia 23 de Setembro, um domingo, foi reservado para homilias, cultos e celebrações nas igrejas, culminando com a coleta de donativos para a CESE entre os participantes daqueles eventos. Foi o coroamento da semana em que a CESE buscou dar visibilidade à sua missão.

A primeira atividade do dia aconteceu de manhã na Igreja do Bonfim, com missa celebrada por dom Gílio Felício, bispo auxiliar de Salvador e vice-presidente da CESE. Com o átrio e as imediações do altar lotados, a liturgia teve momentos de leituras e reflexões sobre a diaconia ecumênica, da qual participaram um teólogo da Igreja Reformada, Rudolf von Sinner, o pastor da Igreja Batista Nazareth, Djalma Torres, e a Secretária Executiva da CESE, Eliana Rolemburg, além de funcionários da instituição. Na saída da missa, irradiada pela Excelsior, foram distribuídas sementes de girassol, cartazes, cartilhas e adesivos da Campanha, evidenciando-se o entusiasmo e a receptividade da iniciativa, entre os fiéis.

À noite, três celebrações, quase simultâneas, ocorreram em diferentes pontos de Salvador. A Igreja Batista Nazareth brindou a CESE e a todos e todas com um emocionante coral entoando louvores e canções inspiradas no clamor por justiça e paz. Um boletim dominical e uma oferta especial foram dedicados à Campanha. Entre os celebrantes, o Pastor Djalma Torres e o pastor Armindo Klumb, da IECLB.

A Igreja Metodista Central do Rio Vermelho também acolheu calorosamente a visita da CESE ao seu culto dominical, com o Pastor Armênio Gris da Silva dando as boas vindas. Cartazes, cartilhas e algumas camisas foram distribuídas entre os participantes. Os metodistas do Rio Vermelho, prontificaram-se a realizar atividades de coleta a favor da CESE, em suas atividades, ao longo da semana.



A comunidade presbiteriana de Valério Silva, bairro periférico de Salvador, proporcionou momentos de profunda emoção e identidade com os propósitos da Campanha Primavera Pela Vida. A Igreja Presbiteriana Unida dessa comunidade celebrou um culto especial dedicado à CESE, utilizando como parte da liturgia o plantio de um girassol, cujas sementes simbolizam a capacidade multiplicadora do apoio da CESE a pequenos projetos. Como na parábola da viúva que doou duas moedas (Lucas 21. 1-4) o momento do ofertório revelou-se como um sinal profético de permanência e de compromisso social da CESE com os excluídos.

Este convívio com a base das igrejas fechando a semana Primavera Para a Vida, em Salvador, serviu de alimento e confirmação da importância dos serviços prestados pela CESE. Serviu também de anúncio de grandes desafios e possibilidades à solidariedade das Igrejas e do conjunto da sociedade para com a maioria do seu povo, com fome e sede de Paz, Democracia e Justiça.

KOINONIA

Cotas de democracia

6

CABECAS DE NEGROS

ESTRUTURA

Raça e classe

7

Marcelo Paixão

ESTRATÉGIA

Estratégias recentes da luta contra o racismo

13

Rosana Heringer

Revolução afrodescendente do século XXI

17

Osmundo de Araujo Pinho

TERRITÓRIOS NEGROS

Monumentos negros

22

Ordep Serra

Comunidades remanescentes de quilombos

25

José Maurício Arruti

TRANSUTOPIAS

A África que se cria na Bahia

30

Patrícia Pinho

Brasil e África na virada do século

33

Omar Ribeiro Thomaz

COMUNIDADE

Dilemas da integração

38

Pio Penna Filho

INCERTEZA

Conferência mundial contra o racismo

42

José Gonçalves

TEOLOGIA

A cor da pele e seus (dis)sabores

46

Ivone Gebara

RUBEM ALVES

Carta a um adolescente (sobre drogas)

49

Imbuída do objetivo fundante de favorecer

o diálogo inter-religioso e combater o preconceito e a intolerância, KOINONIA, desde sua fundação, vem privilegiando a temática da cultura negra e das religiões afro-brasileiras.

Para tanto, implantou o projeto Egbé – Territórios Negros, que vem atuando em duas frentes: a dos terreiros de candomblé em Salvador, onde contribui para a produção de conhecimento sobre temas religiosos afro-brasileiros numa perspectiva ecumênica, promove atendimento jurídico com vistas à regularização fundiária, e implementa um processo de luta pela recuperação ambiental de áreas verdes dos terreiros históricos; a dos levantamentos e sistematização de informações sobre comunidades rurais remanescentes de quilombos, no propósito de identificá-las devidamente e assim, apoiá-las na obtenção de direitos fundamentais, historicamente subtraídos.

Podem-se constatar três momentos altos para a população negra brasileira: as comemorações relativas ao centenário da Abolição da escravatura (1988); as celebrações do tricentenário de Zumbi dos Palmares (1995); e agora, em 2001 – na África do Sul –, assistimos à realização de uma conferência internacional contra o racismo, a xenofobia e formas conexas de intolerância. No Brasil, esse evento desencadeou uma considerável mobilização, por meio de pré-conferências estaduais e de uma conferência nacional preparatória. Apresentamos análises e discussões que de certa maneira surgiram no contexto desses três momentos altos, e que comportam a vantagem adicional de subsidiar as reflexões em torno do Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro).

Os debates apresentados privilegiam dois eixos temáticos principais: a cultura política negra no Brasil atual; e informações qualificadas sobre tendências de cunho estrutural. O primeiro, diz respeito aos modelos de luta assumidos pelos agrupamentos organizados, desde movimentos, ONGs e partidos, até a produção cultural e empenhos educacionais; aliás, um painel dessas iniciativas parece-nos um passo imprescindível num balanço avaliativo dos avanços obtidos pela causa negra nos últimos anos. O segundo, cuida da interpretação dos índices e dos indicadores relativos às populações negras, tanto no domínio da violência, quanto no dos direitos humanos, bem como no da educação, no da economia, e correlatos. Tudo isso no intuito de exibir um quadro confiável do estado da questão negra no Brasil, sem deixar de inseri-la também no plano das conexões internacionais.

Com esta modesta contribuição pensamos estar colaborando para a ampliação da cultura democrática, bem como subsidiando as intervenções educativas de todos os segmentos solidários e comprometidos com a causa negra em nosso País. Em tempos de apreensão quanto ao futuro e de intolerância cultural, religiosa e racial, é prudente e oportuno insistir nos caminhos da compreensão mútua, da coexistência fraterna e, sobretudo, da generosidade – requisitos indispensáveis para a práxis ecumênica em todas as suas dimensões.

Faça bom proveito!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumônico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia

Cadastrado
 Processado

CARTAS

Só agora estou renovando a minha assinatura, não o fiz antes por motivos financeiros. Para recompensar o atraso envio-lhes um novo assinante. Quero continuar recebendo esta revista que sempre foi muito útil para mim e para estudantes que precisam fazer pesquisas. Sou assinante desde 1986 e sou-lhes muito grata por esta revista que ajuda muito nos meus conhecimentos.

Marlene Bertão

Presidente Médici/RJ

Estou enviando um cheque para renovar minha assinatura de apoio para julho 2001 a julho 2002.

Sou assinante há vários anos e aproveito a oportunidade para parabenizar a todos pela excelente revista, pois todos os temas abordados nos ajudam em todos os aspectos.

Parabéns a Rubem Alves pelos excelentes temas desenvolvidos. Toda a equipe de TEMPO E PRESENÇA foi muito feliz em abordar na revista de maio/junho os temas referentes à água, principalmente o “Dá-me de beber” de Ivone Gebara. Entra governo e sai governo e todos dizem que vão resolver o problema da água no Nordeste, mas é o discurso de campanha, até hoje nenhum teve a coragem e ousadia de enfrentar o problema. Será que sabem que nenhum ser humano consegue viver sem água. Água é Vida.

Deixo uma pergunta: até quando?

Geraldo Moreira

Inhapim/MG

Começo por pedir-lhe desculpas pelo atraso com que venho renovar minha assinatura desta magnífica revista TEMPO E PRESENÇA, que já se tornou, para mim, uma conselente, uma companheira constante e, mais do que isto, uma fonte inspiradora para o meu agir e meu modo de ser cristão, na família, na comunidade e na sociedade!

Como cristãos, somos desafiados, a cada instante, a testemunhar nossa fé/fidelidade ao projeto de vida e liberdade que o Divino Mestre nos propôs, ontem, hoje e sempre, com vistas à construção de um mundo mais justo, fraterno e solidário! E esta é a utopia de todos nós cristãos! E, para que possamos torná-la realidade, temos de nos libertar de uma fé ingênua, abrindo nossos olhos para o chão de nossa realidade e, então, lutarmos, inteligentemente, rumo à conquista de nossos direitos mais elementares, tais como: educação, saúde, moradia digna, sem o que, a pessoa humana não logrará o direito legítimo e justo de ser feliz!

Cumprimentando pelos artigos de alta qualidade da TEMPO E PRESENÇA, fica nosso caloroso abraço, em Cristo Jesus!

Napoleão Nogueira da Silveira Reis

Ipatinga/MG

Cotas de democracia

“Entre duas palavras, escolha a mais curta”, ensinam nas faculdades de Comunicação. A lição parece ter sido aprendida e devidamente distorcida para ser aplicada não apenas na confecção de um texto enxuto e coloquial, mas também na elaboração de matérias e reportagens. Trata-se de “reduzir para caber” – não apenas adjetivos e proparoxítonas, mas reduzir informações, opiniões, ângulos, conceitos. Nesta perspectiva, as coberturas jornalísticas privilegiam abordagens maniqueístas, nas quais os assuntos são apresentados sempre de forma polarizada, pela ótica do certo ou do errado, do contra ou a favor, do sim e do não.

Pudemos constatar esta tendência recentemente, quando da Conferência Mundial contra o Racismo, realizada no início de setembro, na África do Sul. Como se sabe, os negros têm uma representação muito peculiar nos meios de comunicação. Na esmagadora maioria das vezes em que são notícia, figuram em matérias culturais ou esportivas. Afora isto, ganham destaque em efemérides fixas – como o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) ou extraordinárias, como a referida Conferência.

Promovida pela ONU e antecedida por quatro encontros preparatórios regionais (Ásia, Europa, África e América Latina), além de inúmeros eventos nacionais, a Conferência Mundial contra o Racismo só foi pauta para a

imprensa brasileira às vésperas de sua realização. As primeiras matérias divulgaram estatísticas sobre a enorme desigualdade entre brancos e negros no Brasil. Mas o foco central da cobertura jornalística recaiu sobre um tema: a adoção de cotas para negros nas universidades públicas. Muita tinta, papel e *bites* foram gastos discutindo a propriedade ou não da adoção da política de cotas. Os cinco maiores jornais do país posicionaram-se sobre o tema em editoriais, assim como influentes articulistas. As respectivas seções de cartas acompanharam a tendência e também privilegiam o assunto.

Estabeleceu-se um padrão de abordagem da Conferência: (quase) tudo se resumiu a discutir um único instrumento para reversão de uma disparidade centenária e multidisciplinar. O debate sobre cotas, de relevância indiscutível, serviu como um biombo, mascarando uma miríade de dificuldades e também de propostas relacionadas com a melhoria das condições de vida da população negra. Deixamos de debater como se dão as relações raciais neste País, isto é, como de fato convivem e se relacionam cotidianamente indivíduos e grupos de diferentes etnias e fenótipos no Brasil – na universidade, mas também no pré-escolar, na mídia, na família, nas relações pessoais, amorosas; e que mitos, estereótipos, pré-conceitos orientam estas relações.

Mas de que modo seria possível dar conta de toda esta variedade de enfo-



Calicut

ques? Como tratar de um tema complexo por natureza, ainda favorecendo múltiplas abordagens? Melhor escolher o caminho mais curto, um atalho mesmo, e o debate vira *enquête*: “Você é a favor ou contra a adoção de cotas para negros nas universidades brasileiras?” Pronto! O leitor deu a sua opinião, a interatividade foi estabelecida, a democracia preservada e entramos no jogo da mídia, caímos na armadilha. Fica assim reservada uma cota do jornal para esta discussão, durante um determinado período. Depois substitui-se a polêmica, troca-se a *enquête* e espera-se nova efeméride para discutir a mesma questão.

6

Raça e classe

Marcelo Paixão

Desde uma lei altamente restritiva às manifestações dos afrodescendentes (1890) até o momento presente, uma longa caminhada se perfez para acabar reconhecendo que preconceito racial e discriminação pertencem ainda ao nosso dia-a-dia. Estaria o problema racial disseminado em meio às grandes desigualdades sociais? O Autor refuta. Repassa a Conferência de Durban. E nos envolve, brasileiros, como um País das maiores "resistências para a construção de políticas públicas voltadas para os afrodescendentes"

O NEGRO E A QUESTÃO

CIDADÃ NO BRASIL

A abolição da escravidão ocorrida em 1888 trouxe uma situação profundamente perversa para a população de origem africana em nosso país. As elites receosas de um processo de radicalização do movimento abolicionista e dos ex-escravos – que afinal de contas não se verificou –, bem como tendo incorporado a novidade social-darwinista das elites europeias do final do século XIX, passaram a adotar políticas abertas e veladas de exclusão da população negra.

O advogado Hélio Silva Jr, por exemplo, aponta o fato de que o Código Penal de 1890 foi extremamente restritivo às manifestações sociais, políticas e culturais da população afrodescendente. No mesmo sentido, verificou-se uma estratégia deliberada das elites visando a mudança no perfil racial da população rumo ao seu embranquecimento. Isto se daria pela imigração europeia – entre 1884 e 1913, 2,7 milhões de europeus emigraram para o Brasil –, e pelo progressivo desaparecimento dos negros em nosso país motivado seja pela sua suposta inferioridade genética ou moral, seja pela inviabilização de sua reprodução econômica através do fechamento do mercado de trabalho formal. Assim, Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi estimaram que em

1915, 85% da força de trabalho empregada nas indústrias da cidade de São Paulo fosse formada por estrangeiros. Coerentemente, João Baptista de Lacerda, no I Congresso Internacional das Raças em 1913 afirmou que em um século não haveria mais negros no Brasil. Raciocínio semelhante teve Roquete Pinto que, no Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no começo dos anos 1930, estimou que em 2012 a composição racial no Brasil seria de 80% brancos, 17% indígenas, 3% mestiços e 0% negros.

Resultado de tamanho esforço, já em 1940 havia ocorrido uma radical mudança do perfil étnico-racial de nossa população. Os 'pretos' e 'pardos' que formavam 66% da população, dois anos após a abolição, teriam sua participação diminuída em cinquenta anos para 34% em 1940. Em 1991, de acordo com o Censo Demográfico, os negros representavam 45,2% da população. (Tabela 1)

A partir dos anos 1930, com o processo de industrialização do Brasil e a formação de um projeto nacional de cunho autoritário, o regime político brasileiro adotou um novo comportamento no que tange às relações raciais. Sem perder de vista os objetivos estratégicos de embranquecimento da população, o novo regime favoreceu a construção de um ideário de nação baseado em parte na cultura popular

Tabela 1 – Distribuição da população brasileira de acordo com a raça/cor segundo os recenseamentos gerais do Brasil

	Ano						
População	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991
Preta	19,7	14,6	14,6	11,0	8,7	5,9	5,1
Parda	42,2	41,4	19,4	26,5	29,5	38,4	40,1
Branca	38,1	44,0	63,5	61,7	61,0	54,8	54,2

Fonte: *Atlas Histórico Isto É*. Baseados em dados dos respectivos recenseamentos demográficos.

Nos anos de 1900, 1920 e 1970 não foi levantada a raça/cor da população.

Não estão incluídas as categorias outras.

afrodescendente e no mito da democracia racial. Ao mesmo tempo o processo de modernização do País e de crescimento econômico fez com que franjas da população negra pudessem ascender socialmente mediante o ingresso no exército proletário que àquele altura se agigantava, bem como por meio do funcionalismo público. Isto certamente viria a dar a impressão de que no Brasil as oportunidades de ascensão estavam franqueadas de igual maneira e intensidade para todos, independentemente da cor. Por fim, as formas culturais de existência do povo pareciam favorecer a idéia da inexistência do preconceito racial por estas plagas ao contrário do que ocorria nos países de colonização anglo-saxã.

A existência do preconceito racial no Brasil pode ser comprovada tanto pelas atitudes discriminadoras das próprias elites econômicas e políticas, como vimos, quanto pelas denúncias feitas insistentemente pelas organizações do movimento negro que desde o fim da escravidão já reivindicavam direitos sociais e proteção do Estado, coisas que efetivamente não lhes eram garantidas. Tais lutas se prorrogaram até os dias atuais, momento em que a sociedade e o Estado brasileiro passa-

Tais lutas se prorrogaram até os dias atuais, momento em que a sociedade e o Estado brasileiro passaram a reconhecer que o preconceito racial, a discriminação e o racismo, inequivocamente, se fazem presentes em nosso meio

ram a reconhecer que o preconceito racial, a discriminação e o racismo, inequivocamente, se fazem presentes em nosso meio.

Oracy Nogueira foi extremamente original ao definir a modalidade do preconceito racial existente no Brasil. Aqui haveria um tipo de discriminação com características muito próprias naquilo que o autor conceitualizou como sendo o preconceito racial de marca. O preconceito racial de marca relaciona-se com os traços fenotípicos do indivíduo (cor da pele, tipo de cabelo, nariz, boca etc.), portanto com as marcas físico-raciais de cada um. Assim, negras e negros tenderiam a sofrer processos discriminatórios na exata intensidade das suas marcas. Este sistema teria uma maleabilidade maior que as

modalidades de racismo aberto praticado, por exemplo, nos Estados Unidos da América onde o critério de diferenciação se reportaria às origens do indivíduo. Talvez para algumas pessoas a leitura que possa ser feita do preconceito racial de marca seja de que esta modalidade seria preferível às modalidades de preconceito racial de origem típico dos Estados Unidos ou da África do Sul. Isto porque o racismo à brasileira seria justamente menos intolerante e sectário. Na verdade, o fato é que o preconceito racial de marca antes despolitiza do que suprime os conflitos.

A modalidade paternalista de relações raciais sobrevive através da naturalização de papéis sociais das distintas raças. Por isso as possibilidades de ascensão social são inversamente proporcionais à intensidade das marcas posto que o simples fato de um negros buscarem ou ocuparem um determinado emprego ou nível de qualificação será visto com desconfiança pelos integrantes da sociedade em geral. Do mesmo modo, na medida em que o preconceito e o racismo não se explicitam, ocorre uma naturalização do papel social do negro na sociedade brasileira, condenando-o ‘naturalmente’ às formas de residência mais precárias, aos piores empregos e à exposição a atos de violência perpetrados pela sociedade e pelo Estado. Por outro lado, esta modalidade de preconceito, em se fazendo valer de modo despolitizado e paternalista, favoreceu a ilusão de que não seria necessária a adoção de políticas afirmativas para os afrodescendentes no Brasil, o que aju-

dou a construir, no mínimo, uma tragédia social dado o abismo social existente entre brancos e negros em nosso país que se prolongou desnecessária e injustamente ao longo de todo o século XX.

Por fim é simplesmente incompreensível que possa haver qualquer margem de flexibilidade quanto ao racismo e ao preconceito, seja qual for sua modalidade. Neste sentido, seja qual for o grau de explicitação de sua conflituosidade, o preconceito racial de marca, em sendo uma forma de preconceito é, junto com as demais manifestações desta natureza, simplesmente hedionda. Dito de outro modo, uma agenda democrática contemporânea será demasiadamente falha e incompleta se não tiver como um de seus eixos uma política de tolerância zero para com o preconceito racial, a discriminação e o racismo.

desigualdades sociais em geral. Este tipo de argumentação, que evidentemente tem sua raiz nos mitos da democracia racial, por sua vez, tem sido pouco problematizado em nossa sociedade. (Tabela 2)

De acordo com dados da PNAD/IBGE de 1998, entre os homens negros, 12,09% trabalhavam sem rendimento e 26,17% recebiam até um salário mínimo e entre as mulheres negras 23,06% trabalhavam sem rendimento e 35,05% recebiam até um salário mínimo. Entre os brancos estes percentuais são: para os homens, 7,74% que trabalhavam sem rendimento e 11,68 que trabalhavam recebendo até um salário mínimo e para as mulheres, 17,42% trabalhavam sem receber rendimentos e 18,79% trabalhavam recebendo até um salário mínimo. Assim, os afrodescendentes, sendo 45% da população bra-

sileira, perfaziam 66,9% dos assalariados que recebiam menos de meio salário mínimo e 60,7% dos que recebiam até um salário mínimo no ano de 1998.

No plano educacional os negros também apresentam indicadores sensivelmente piores do que os brancos. De acordo com a PNAD/IBGE de 1998 a média de anos de estudo dos afrodescendentes no final do século são dois anos inferiores à média da população branca. Por outro lado, a taxa de analfabetismo dos negros em 1998 era de 20,8%, ao passo que a dos brancos era de 8,4%. Ou seja, a taxa de analfabetismo dos negros era, em pontos percentuais, 148% maior que a taxa de analfabetismo entre os brancos. Isto significa que da população analfabeta no Brasil, 67% são afrodescendentes. (Tabela 3)

Desagregando os Indicadores de

QUESTÃO DE RAÇA

OU DE CLASSE?

A existência das desigualdades sociais no Brasil, bem como a sua gravidade tem sido um ponto de consenso entre os teóricos e políticos de todos os quadrantes ideológicos em nosso país. Menos consensuais, entretanto, são os motivos para a existência de tamanha desigualdade. O movimento negro progressivamente vem avançando a idéia de que o componente racial tem um caráter determinante no processo de construção de nosso atual cenário social. Contudo, tradicionalmente este argumento é contestado por aqueles que dizem que o problema racial brasileiro está diluído no oceano das de-

Tabela 2 – Distribuição percentual da renda de acordo com a raça/cor das pessoas de 10 anos ou mais de idade sobre a população total naquela faixa de rendimento

Renda de todos os trabalhos	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra	Total
Sem rendimento	18,4%	28,2%	24,2%	29,1%	100%
Até meio SM	13,4%	19,6%	31,1%	35,8%	100%
De meio a 1 SM	19,5%	19,7%	34,8%	25,9%	100%
De + 1 a 2 SM	28,2%	22,3%	32,3%	17,3%	100%
De + 2 a 5 SM	41,0%	21,5%	27,3%	10,2%	100%
De + 5 a 7 SM	48,9%	21,5%	22,3%	7,2%	100%
De + 7 a 10 SM	53,8%	23,5%	17,3%	5,4%	100%
De + 10 a 15 SM	56,8%	24,1%	14,4%	4,6%	100%
Mais de 15 SM	67,0%	20,0%	10,9%	2,0%	100%
Total	32,8%	22,3%	27,6%	17,3%	100%

Fonte: PNAD/IBGE 1998

Negro = preto + pardo. SM = salário mínimo

Tabela 3 – Taxa de alfabetização e média de anos de estudo da população maior de 10 anos segundo raça/cor

	Taxa de alfabetização		Média de anos de estudo	
	1998	1996	1998	1996
	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Brasil	91,6	79,2	6,2	4,2
Região Norte Urbana	91,9	85,5	6,3	4,7
Região Nordeste	79,7	69,3	4,8	3,5
Região Sudeste	94,1	87,5	6,6	4,9
Região Sul	93,2	85,1	6,0	4,3
Região Centro-Oeste	92,3	85,9	6,3	4,7

Fonte: PNAD/IBGE 1996 e 1998

População negra = preta + parda

Desenvolvimento Humano para as populações branca e negra no Brasil para o ano de 1998 constatei que havia um hiato de sessenta posições em termos do ranking do IDH/PNUD entre brancos e negros no Brasil. Neste caso, podemos verificar que se é verdade que a população brasileira como um todo não goza de uma boa qualidade de vida, por outro lado, verificamos que isto é tão mais verdadeiro para os negros do que para os brancos. A relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano desagregada por etnias também pode se reportar ao exemplo sul-americano. Assim, quando combinamos os IDHs dos países do nosso Continente com o seu perfil populacional no plano étnico e racial chegamos a algumas conclusões igualmente interessantes.

Os únicos três países que gozam de um IDH elevado na América do Sul são justamente nações que têm um perfil populacional majoritariamente branco: Argentina, Uruguai e Chile. Os demais países, marcados pela presença de negros, indígenas e mestiços, estão separados deste primeiro grupo por um hiato de vinte e duas coloca-

ções. Isto nos leva a crer que a modalidade do processo de colonização tenha exercido um papel preponderante na constituição social desses países. Onde o processo de ocupação do espaço se deu baseado em colônias de povoamento, o desenvolvimento social é maior, ao passo que onde esse processo se deu com a subordinação ou escravização das populações, o estágio de desenvolvimento humano é menos acentuado. Por outro ângulo, a partir das desagregações feitas por mim, podemos construir uma hipótese de que o elemento que faz com que os países não brancos da América do Sul tenham um IDH tão modesto reside no fato de que a qualidade de vida dos negros e dos índios naqueles países seja muito baixa e, certamente inferior à qualidade de vida das populações brancas dessas nações. Assim, como o peso dos afrodescendentes e dos indígenas naquelas populações é muito grande, eles acabam puxando para baixo o IDH daqueles países em geral. (Tabela 4)

O que estes indicadores demonstram é que existe uma extrema coerência dos dados acima levantados neste sentido: (a) seja qual for o indicador

escolhido para analisar as desigualdades raciais, em todos eles os negros encontram-se em uma situação pior que os brancos; (b) seja qual for a região do país os indicadores sociais e demográficos dos negros são menos favoráveis que os indicadores dos brancos; (c) mesmo quando se desagregam esses dados por gênero, o que se vê é: os homens brancos estão em melhor situação que as mulheres brancas; estas estão em condições mais favoráveis que os homens negros; estes, por sua vez, estão em uma situação menos grave que as mulheres negras.

Sendo assim, verificamos que os argumentos de que no Brasil ser branco ou ser negro é indiferente do ponto de vista da extratificação social não é verdadeiro, ou antes, sentimo-nos autorizados a argumentar que o problema social brasileiro possui um evidente e nítido componente racial.

CONCLUSÕES

A *III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e Todas as Formas Correlatas de Intolerância*, realizada no começo de setembro na África do Sul representou, do ponto de vista diplomático, um importante momento de inflexão no panorama internacional. Se nas outras conferências, como, por exemplo, da Infância, das Mulheres e de Desenvolvimento Social, coube aos países do Primeiro Mundo o papel de defensores das proposições progressistas, na conferência realizada em Durban, desta vez, coube aos Estados Unidos e ao bloco europeu ocidental justamente a função de representantes da vanguarda do atraso.

Tabela 4 – Países da América do Sul: composição populacional e índice de desenvolvimento humano (IDH), 2001

País	Posição IDH/ PNUD(*)	Nível do IDH (**)	Estimativa sobre a composição étnica e racial da população
Argentina	34	Alto	Branca 99% Indígenas 1%
Uruguai	37	Alto	Branca 92% Afrodescendente 8%
Chile	39	Alto	Branca 98% Indígenas 2%
Brasil, população branca	48	Médio I	
Venezuela	61	Médio I	Sem dados oficiais. Maioria formada por mestiços de indígenas com brancos. Indígenas 7% (aprox)
Colômbia	62	Médio I	Sem dados oficiais. Maioria formada por mestiços de indígenas, negros e brancos
Suriname	64	Médio I	Mestiços de brancos/ negros/ indígenas 30% Orientais 49% (****) Afrodescendentes 10% Indígenas 3% Brancos 8% (aprox)
Brasil	69	Médio I	Branca 54% Afromestiça 39% Afrodescendente 5,4% Indígena 0,2% Orientais 0,5%
Peru	73	Médio I	Sem dados oficiais. Indígenas formam cerca de 50% da população. Outra parte negra, mestiça de indígena e branco e uma minoria de brancos
Paraguai	80	Médio I	Mestiços de indígenas e brancos 90% Indígenas 5% Brancos 5%
Equador	84	Médio I	Sem dados oficiais. Maioria da população formada por indígenas
Guiana	93	Médio I	33% Orientais (****) 33% Negros 33% Outros
Bolívia	104	Médio II	Indígenas 57% Mestiços de brancos e indígenas 25% Brancos 18%
Brasil, população afrodescendente	108	Médio II	

(Obs) O IDH desagregado para etnias no Brasil é referente ao Relatório do Desenvolvimento Humano de 2000, quando o Brasil estava na 74ª posição. A este respeito ver Paixão (2000), "Desenvolvimento Humano e Desigualdades Étnicas no Brasil – um retrato de final de século". *Proposta* n.º 98.

(*) entre 162 países

(**) IDH alto > 0,800; IDH Médio I < 0,799 – 0,700 >; IDH Médio II < 0,699

(****) descendentes de javaneses e/ou hindus

Fonte: IDH; PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2001*

Fonte: *Composição populacional – Encyclopédia do Mundo Contemporâneo (2000)*

Na Conferência de Durban, coube aos Estados Unidos e ao bloco europeu ocidental a função de representantes da vanguarda do atraso. Desta feita – vivas a Drake!

às favas com Rousseau! – pudemos finalmente saber qual a real apreciação que tais países têm sobre o seu passado de pilhagens coloniais imperialistas

Desta feita – vivas a Drake! às favas com Rousseau! – pudemos finalmente saber qual a real apreciação que tais países têm sobre o seu passado de pilhagens coloniais e imperialistas.

De acordo com a posição dos países da Comunidade Econômica Europeia (CEE) – os Estados Unidos se retiraram da Conferência logo no seu primeiro dia por conta de divergências quanto à questão palestina – a escravidão somente poderia ser considerada crime contra a humanidade nos dias atuais, no passado não. Coerentemente, os crimes do presente, que se manifestam no aprofundamento das desigualdades econômicas, tecnológicas e sociais entre os países, no descaso com a sorte dos países africanos e com o resultante da diáspora afrodescendente, nos constrangimentos derivados da dívida externa, todos estes assuntos enfim, foram tratados diplomaticamente de tal forma que não permitissem que ações concretas internacionais de reparação fossem tomadas. Desta feita, se ao longo dos anos 1990 – pós-Muro de Berlim –, o Primeiro Mundo tentou mostrar a todos um rosto civilizado, iluminado e de-

mocrático, às portas do século XXI vemos que esta face continua tão feia e arrogante quanto a de seus antigos piratas, corsários e mercenários.

Naturalmente este debate envolveu em cheio o governo e a sociedade brasileira. Afinal de contas muitos dos termos ali debatidos nos diziam respeito diretamente, como o tema das reparações, da desigualdade econômica e social entre os países, dos direitos dos grupos não hegemônicos e das minorias etc. Apesar do discurso da diplomacia brasileira ter sido bastante avançado, infelizmente verificamos que grande parte dele ainda continha um evidente ar quimérico. Assim, se nosso governo na seara internacional se diz a favor de políticas afirmativas para os afrodescendentes, no espaço interno o que se vê é que em pleno ano 2001, 170 anos após a primeira "lei para inglês ver" de 1831 que abolia o tráfico de escravos no Brasil, simplesmente inexiste qualquer tipo de política voltada para a promoção da cidadania e dos direitos econômicos e sociais dos negros em nosso país.

O momento atual, portanto, requer uma reflexão extremamente detida sobre algumas de suas controvérsias. Seja no plano internacional, seja no cenário brasileiro exige-se que as políticas públicas passem a dar conta da necessidade da promoção da diversidade entre os distintos grupos humanos permitindo com que eles possam ter acesso à integridade física e aos direitos em seu sentido mais amplo. Tal exigência é produto das transformações que as sociedades de todo o mundo vêm passando – tornando-se

Se ao longo dos anos 1990, o Primeiro Mundo tentou mostrar a todos um rosto civilizado, iluminado e democrático, às portas do século XXI esta face continua tão feia e arrogante quanto a de seus antigos piratas, corsários e mercenários

cada vez mais complexas em sua estrutura social – e é resultante, também, dos desdobramentos das próprias lutas democráticas em todo o mundo. Ou seja, parece patente que a cosmovisão liberal, com seu genérico homem abstrato portador de direitos e deveres universais, não está mais dando conta das necessidades da vida real, em que os grupos tradicionalmente alijados não conseguem encontrar efetivos espaços para ampliar sua presença na vida econômica e política de um país e dos blocos regionais. Neste sentido, o projeto da promoção da diversidade nos diversos espaços da vida social assume progressivamente uma perspectiva estratégica, seja qual for o modelo de relações raciais praticadas nos distintos lugares e nações.

Na verdade, o Brasil, não obstante o discurso oficial dos dias atuais, tradicionalmente é um dos países que mais oferecem resistências para a construção de políticas públicas voltadas para os afrodescendentes. Forçoso dizer que tais resistências nascem tanto dos óbices levantados pelas elites econômicas e políticas e pela burocracia estatal, como também se fazem presentes no interior da nossa sociedade. Em geral, as pessoas em nos-

so país consideram que o problema racial é uma questão de foro íntimo e que devem ser resolvidas exclusivamente no espaço privado. É justamente esta questão que precisa ser enfrentada de forma mais detida. Alternativamente a esta idéia, nosso ponto de vista é que as relações raciais no Brasil precisam ser politizadas permitindo com que elas saiam do seu tradicional padrão paternalista rumo a um perfil em que os direitos sociais se explicitem.

O acesso dos afrodescendentes à educação, ao mercado de trabalho, aos serviços públicos e de uso coletivo, à terra e ao crédito – apenas para ficarmos em alguns direitos mais evidentes – em nome da justiça social, precisam ser postos na arena pública e barganhados no seio da sociedade civil e política. A alternativa a esta proposta seria a manutenção do tão decantado, e anacrônico, padrão brasileiro de relações raciais – a famigerada democracia racial. Contudo, dito dos dias atuais quando já podemos fazer um razoável balanço do que foi o século XX, é forçoso se verificar que tal saída efetivamente não permitiu que a sociedade brasileira se tornasse, no frigir dos ovos, uma sociedade efetivamente democrática.

Marcelo Paixão, professor do Instituto de Economia da UFRJ, doutorando em Sociologia no IUPERJ.

Estratégias recentes da luta contra o racismo

Rosana Heringer

A luta contra o racismo e as desigualdades sociais no Brasil vêm assumindo o devido peso quando se verificam ações esparsas, mas constantes, de muitos dispostos a "buscar maior igualdade e justiça" na vida nacional

O Brasil passou por um grande processo de mudanças ao longo dos últimos anos, no que diz respeito às relações raciais. A percepção do País como uma democracia racial desfez-se e hoje diferentes setores da sociedade têm sua agenda política marcada pelo debate sobre o racismo como elemento constitutivo de nossa sociedade. Embora ainda esteja também presente a auto-imagem do Brasil como um país homogêneo e indiferenciado, encontra-se progressivamente maior abertura a experiências que procuram beneficiar grupos específicos, historicamente com menor acesso a oportunidades.

A adoção de políticas específicas voltadas para a criação de mais oportunidades para a população negra ainda oscila entre a timidez das propostas em relação ao seu público alvo e o caráter experimental de determinadas ações, muitas vezes motivadas mais por um caráter de urgência, uma necessidade prática que torna possível a viabilização do programa. Entretanto, o fato de que projetos como esses exis-

tam, em um país que tem historicamente negado a situação socioeconômica desigual entre indivíduos de diferentes origens, já é algo que deve ser levado em consideração.

O DEBATE E AS RESISTÊNCIAS

Apesar destas e de outras iniciativas, é difícil afirmar que a sociedade brasileira possui um compromisso com a diminuição das desigualdades raciais. A maioria das pessoas simplesmente se recusa a levar raça em conta, quando são consideradas as causas da pobreza e da falta de oportunidades. Entretanto existe a percepção de que a maioria dos pretos e pardos são pobres, e de que a maioria dos pobres são pretos e pardos. Essa percepção pode transformar-se em um ponto de partida para sugerir a adoção de medidas específicas a alguns grupos.

O debate sobre ação afirmativa no Brasil é bastante recente, datando dos últimos cinco anos. De maneira geral, o movimento negro brasileiro tem sido o responsável pela introdução deste tema no debate público do País. Frequentemente o assunto é alvo de muitas críticas e resistências à sua incorporação. As críticas mais comuns destacam que políticas específicas trariam conflito e divisionismo a um país onde as relações raciais seriam harmônicas. As críticas relacionam-se também à inadequação de políticas deste tipo, uma vez que a situação desvantajosa da população negra estaria associada ao seu baixo grau de escolaridade. Portanto, uma melhoria geral das políti-

cas educacionais traria os benefícios esperados à população afro-brasileira.

Um dos fatores que motivam estas críticas a iniciativas de promoção da igualdade relaciona-se à forma pela qual o movimento negro freqüentemente apresenta suas propostas neste campo. Não raro os projetos são propostos no sentido do estabelecimento de cotas numéricas para determinados espaços institucionais, tais como universidades ou serviço público. Propostas deste tipo, quando insuficientemente discutidas e analisadas coletivamente, contribuem mais para produzir um clima de animosidade em relação ao seu conteúdo do que para avançar no sentido do enfrentamento das desigualdades.

INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS

Por outro lado, como resultado das constantes reivindicações do movimento negro, o governo brasileiro tem se mostrado mais sensível à questão da discriminação racial no País. No conteúdo do *Décimo Relatório Relativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*, enviado pelo Governo Brasileiro às Nações Unidas em 1996, reconhece-se a existência de práticas discriminatórias que repercutem em todas as instâncias sociais, incluindo-se aí desde relações interpessoais até indicadores de qualidade de vida da população.

No âmbito governamental, porém, as iniciativas de combate às desigualdades raciais ainda têm um alcance li-

mitado e podem ser mais facilmente identificadas nos documentos e recomendações do que por ações práticas. Em novembro de 1995, como resultado da mobilização das organizações do movimento negro por ocasião da celebração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI), cujos resultados foram divulgados em meados de 1997.

Em julho de 1996, o governo federal organizou a conferência "Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos". Em seu discurso de abertura, o presidente Fernando H. Cardoso declarou: *Deveríamos, portanto, buscar soluções que não sejam simplesmente a repetição ou cópia de outras soluções desenhadas para situações em que a discriminação e o preconceito estão presentes, mas em um contexto diferente do nosso.* (Souza: 1997, 15).

Várias medidas propostas pelo GTI envolviam algum tipo de programa de ação afirmativa, que deveria ser desenhado para promover o acesso de mais negros a empregos e educação. O documento "*Construindo a Democracia Racial*" apresenta os "planos de ação que estão sendo ou serão desenvolvidos" em termos de políticas públicas. Este documento, juntamente com o Plano Nacional de Direitos Humanos, expressa as diretrizes governamentais para o combate às desigualdades raciais no Brasil.

Algumas propostas de políticas de combate às desigualdades raciais também estão sendo desenvolvidas por alguns estados e municípios. A variedade e o volume de propostas revela uma preocupação crescente com as desigualdades raciais no Brasil por parte do Estado em seus diversos níveis. Entretanto, o alcance destas medidas possui um caráter limitado e o

impacto delas ainda está por ser avaliado.

De maneira geral, acreditamos que o Estado brasileiro, nas suas diversas instâncias, ainda não demonstrou o comprometimento necessário com a diminuição das desigualdades raciais. Mesmo nos programas que já vêm sendo implementados, é possível identificar a insuficiência de recursos materiais e humanos que garantam o bom andamento dos mesmos programas. Constatase também a descontinuidade de projetos e a falta de sensibilidade de muitos técnicos e funcionários para incorporar o combate às desigualdades e à discriminação racial no seu cotidiano de trabalho.

A despeito de ampla evidência das desigualdades raciais no Brasil, aqueles que lutam contra a discriminação racial ainda têm grande dificuldade de promover mudanças efetivas. Durante as décadas de 1970 e 1980, a principal estratégia das organizações do movimento negro foi a denúncia da discriminação sofrida pelos *não-brancos* no cotidiano. Esses episódios de discriminação são quase sempre difíceis de tipificar como crimes e, por esta razão, difíceis de ser punidos.

OUTRAS VOZES

E OUTROS AGENTES

Ao longo dos últimos anos, várias organizações do movimento negro — mas não apenas elas — passaram a ter uma atuação voltada para a intervenção quanto às dificuldades concretas vivenciadas por esta parcela da população. Mesmo militantes de grupos tradicionais, como o Movimento Negro Unificado (MNU), que possuíam uma atuação mais voltada inicialmente para a ação política e a denúncia da discriminação, passam a engajar-se nas chamadas "ações de intervenção". Existe a percepção de que "há problemas que podem ser resolvidos aqui e agora, mesmo entendendo que as diferenças

Existe a percepção de que a maioria dos pretos e pardos são pobres, e de que a maioria dos pobres são pretos e pardos. Essa percepção pode transformar-se em um ponto de partida para sugerir a adoção de medidas específicas a alguns grupos

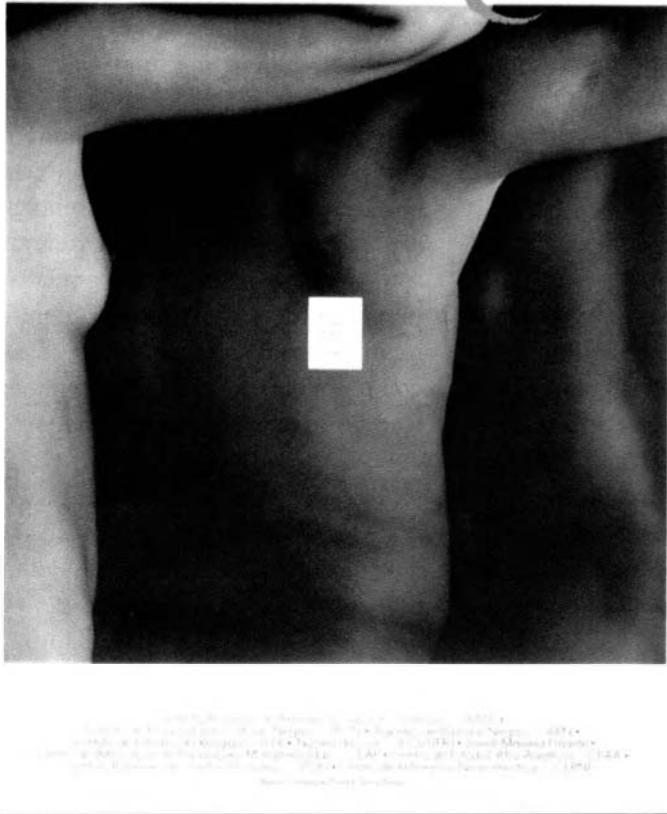
raciais não serão superadas da noite para o dia em nosso País" (Seminário Nacional de Relações Raciais e Políticas Públicas, 1997).

Se, na análise dos eventos comemorativos do centenário da abolição, em 1988, Ivonne Maggie (1989) observou a forte presença de eventos voltados para a valorização da cultura negra e, em meados dos anos 1980, outros autores apontaram o aumento do número de órgãos consultivos voltados para a população negra, na forma de conselhos municipais (Munanga, 1996; Motta & Santos, 1994), nossa análise aponta um quadro distinto. O que tem sido feito, divulgado e debatido em relação à temática racial no final dos anos de 1990 revela que temas sociais, tais como o acesso à educação e a inserção no mercado de trabalho são os grandes aspectos destacados. Tal destaque não se dá apenas como uma bandeira de mobilização ou palavra de ordem, mas como iniciativas concretas, que procuram ter um impacto concreto sobre o público-alvo.

Muitos militantes percebem que ações deste tipo não resolvem a questão da desigualdade de forma ampla, e representam apenas um caminho, uma ajuda possível. Os programas do tipo pré-vestibular para negros e caren-

NÃO DEIXE SUA COR PASSAR EM BRANCO

Responda com bom senso



Em 1990, a campanha de conscientização buscava "sensibilizar pessoas de origem africana a declarar sua cor a partir de seu referencial étnico."

tes, por exemplo, têm sido freqüentemente apontados como uma estratégia bem sucedida e viável de inclusão da população negra. O pré-vestibular seria uma opção 'politicamente correta', já que não tem caráter exclusivo para negros, pode contar com o apoio do Ministério da Educação e ser amplamente disseminado. Esta possibilidade de concreta de apoio governamental, aliás, foi recentemente explicitada, como uma das propostas presentes no documento do governo brasileiro preparatório à Conferência Mundial contra o Racismo.

Muitas das iniciativas relacionadas com o enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil nem sempre utilizam esta terminologia, mas colocam entre seus objetivos a promoção da população afro-brasileira. É difícil

enquadrá-las em uma única classificação, dada a diversidade de atividades desenvolvidas. Não é nosso propósito aqui analisar detalhadamente cada uma destas experiências, mas apenas apontá-las como sinal de um novo momento relacionado com a questão racial no Brasil, que dificilmente teria sido possível há dez anos.

Este quadro inclui um espectro de medidas que vão desde a proposta de adoção de cotas para negros em universidades até programas que procuram beneficiar grandes contingentes da população negra por meio de políticas focalizadas em comunidades pobres. Neste intervalo, há um contínuo de propostas intermediárias que serão analisadas mais adiante.

O impacto de programas como esses ainda é limitado em termos do nú-

mero de pessoas beneficiadas, devido ao seu alcance localizado, ao caráter voluntário de algumas iniciativas e à falta de recursos. Entretanto, o fato de que projetos como esses existam, em um país que tem historicamente se negado a reconhecer a situação socioeconômica desigual entre indivíduos segundo sua classificação racial, já é algo que deve ser levado em consideração.

Reunindo diferentes graus de eficácia e aceitação social, é importante investigar até que ponto estas diferentes iniciativas terão condições de institucionalizar-se, deixando de apresentar-se como uma solução periférica ou pontual. Percebemos que, em vários destes programas, há a clareza da *especificidade* da questão racial no Brasil, acompanhada, porém, de uma reflexão consciente e fundamentada sobre as *resistências* existentes no Brasil a programas específicos (ou exclusivos) para a população.

PARA CONCLUIR, DUAS REFLEXÕES

A título de conclusão provisória, sabendo que este é um debate que está apenas começando no Brasil, gostaríamos de deixar aqui dois pontos para reflexão. O *primeiro* refere-se ao debate recorrente sobre a necessidade de ampliação do acesso de estudantes negros ao ensino superior. Destacamos que este debate ganha visibilidade justamente no momento em que um número crescente de jovens de famílias pobres e, em grande parte, negros, estão concluindo o ensino médio, levando a uma nova pressão sobre o número de vagas das universidades públicas. Também é de se notar o debate estabelecido sobre outras formas de acesso ao ensino superior além do vestibular, notadamente o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Diferentes estratégias coletivas vêm sendo adotadas pelas organiza-

ções da sociedade civil e do Estado em torno dessa demanda social, consistindo basicamente nestas alternativas: (a) Adoção de cotas, embora não haja clareza sobre como tal medida se viabilizaria na prática; (b) Pré-vestibulares alternativos; (c) Isenção de taxas para inscrição no vestibular, matrícula; (d) Uma política de bolsas restrita a algumas poucas universidades privadas.

Apenas nos últimos meses, mobilizado pelo debate preparatório à Conferência Mundial contra o Racismo, recentemente realizada na África do Sul, o governo posicionou-se nesta discussão, incluindo no seu documento oficial para Durban a proposta de adoção de cotas para estudantes negros nas universidades. Conforme pudemos acompanhar, esse debate gerou grande polêmica e reações contraditórias dentro do próprio governo, demonstrando que este não é um debate simples e que a elaboração de políticas deste tipo deve passar por um processo de consulta com diferentes setores da sociedade. Questões como a ampliação da oferta de cursos noturnos, a necessidade de um sistema de bolsas-trabalho mais eficaz ou a discussão sobre a gratuidade irrestrita da educação superior pública simplesmente ainda não entraram na pauta de discussão. Paralelamente, uma das contribuições recentes ao debate foi o projeto aprovado no Senado que prevê a reserva de 50% das vagas nas instituições públicas de ensino superior para alunos oriundos de escolas públicas de ensino médio.

O segundo ponto para reflexão diz respeito a uma maior sensibilização do setor empresarial. Assistimos recentemente a um movimento de crescente interesse de empresários (vinculados principalmente a empresas multinacionais) sobre desigualdades raciais, ação afirmativa e políticas de promoção da diversidade. A imprensa espe-

cializada em economia e negócios vem dando progressivamente maior atenção ao tema. Em recente reportagem de capa a revista *Exame* (n. 722, setembro/2000), por exemplo, relata programas de promoção da diversidade em curso no Brasil, em empresas como a Monsanto, IBM, Gessy Lever e Lucent. São experiências que procuram atuar em relação à diversidade num sentido amplo: gênero, idade, raça e etnia, portadores de deficiência, origem social e regional.

Da mesma forma o *Instituto Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social elaborou e vem divulgando o manual *Como as Empresas podem (e devem) valorizar a Diversidade*, por meio do qual pretende contribuir para a discussão do tema e estimular a implementação de iniciativas corporativas de valorização da diversidade que tenham como meta enfrentar os preconceitos no ambiente de trabalho e no âmbito das relações empresariais (Instituto Ethos, 2000). Além disso, recentemente a Câmara Americana de Comércio no Rio de Janeiro promoveu um seminário sobre o tema.

Não vamos aqui detalhar estas iniciativas. O importante é destacar que, concordemos ou não, experiências deste tipo, pelas razões de mercado, estão em curso no Brasil, acrescentando mais este ingrediente ao panorama geral das estratégias de enfrentamento das desigualdades raciais.

A partir do que foi resumidamente exposto aqui, apresenta-se a nós um desafio para os formuladores de políticas e pesquisadores. Em que medida estas experiências identificadas se constituem no esboço de políticas articuladas, de caráter permanente, que deixem de se restringir a soluções locais ou experimentais? Com o expressivo volume de iniciativas em curso, já é possível avaliar os programas mais eficazes no sentido de promover melhores oportunidades para a população

negra. A continuidade dos debates e pesquisas sobre o tema permitirá a construção de consensos que poderão resultar na consolidação de várias das iniciativas aqui apresentadas, tanto de caráter universal quanto de recorte específico, tendo como prioridade a redução das desigualdades.

Estamos vivendo no Brasil um importante momento de reconhecimento das desigualdades raciais como um aspecto a ser enfrentado. Diferentes setores da sociedade estão gradativamente percebendo a importância de reconhecer as desigualdades raciais como um entrave ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento democrático do País.

Ao adotar qualquer tipo de programa de ação afirmativa no Brasil, nós devemos evitar a suspeita de padrões reduzidos e buscar um forte apoio da opinião pública. Este tema não pode mais ser visto apenas como um 'assunto dos negros', mas sim como um meio de se buscar maior igualdade e justiça, e como um debate que diz respeito ao conjunto da sociedade.

Rosana Heringer, socióloga, pesquisadora, professora da UCAM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INSTITUTO ETHOS. *Como as Empresas podem (e devem) valorizar a Diversidade*. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.
- MAGGIE, Yvonne. *Catálogo – Centenário da Abolição*. (Rio de Janeiro: ACEC, CIEC/ Núcleo da Cor/ UFRJ, 1989).
- MOTTA, Athayde e SANTOS, R. *Questão Racial e Política: Experiências em políticas públicas*. São Paulo: CEBRAP/ University of Texas at Austin/ Fundação Ford, 1994).
- MUNANGA, Kabengele [org.]. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP/ Estação Ciência, 1996.
- SEMINÁRIO NACIONAL de Relações Raciais e Políticas Públicas: uma síntese dos painéis e alguns indicadores de ação apresentados. Campo Grande: maio de 1997.

Revolução afrodescendente do século XXI

Osmundo de Araujo Pinho

São três os lugares-sujeitos: o tradicional dos militantes negros (ativistas); artistas, pesquisadores, estudantes (intelectuais); e os afrodescendentes adolescentes periféricos e “pobres” (juventude). São posições de crítica e auto-crítica, de diálogo, de revisão do passado. A experiência dos primeiros, o enriquecimento que trazem os outros, poderão vir a fortalecer a juventude periférica (os terceiros) como protagonistas de mudanças no Processo Social Brasileiro

Quais são os novos atores sociais negros que entre si ensaiam estabelecer conversação no Brasil da virada do século? Interagindo em um cenário complexo, mediado por fluxos e discursos *transnacionais* (que se referem a contextos e estruturas não mais puramente locais), *pós-coloniais* (que questionam o eurocentrismo dominante) e *reflexivos* (que criticam as próprias bases ou refletem sobre elas), novas vozes afrodescendentes se organizam em coros pluralistas. Neste ensaio (originalmente publicado na revista *Afirma* – www.afirma.inf.br) pretendo identificar três pontos de vista que acredito representam posições sociais (e de sujeito) muito relevantes para compreendermos as mudanças que estão agora se desenvolvendo na política racial brasileira.

Como posições sociais ou de sujeito estou entendendo os lugares ou perspectivas de onde novas ‘vozes’ se organizam e definem para si coerência e vocabulários próprios. A ênfase na noção de ‘posicionalidade’ é muito importante porque impede uma visão essencialista, estática e definida *a priori*, quer dizer, fora das lutas da história, para sujeitos sociais históricos. Acredito que podemos assistir neste momento, no Brasil, ao esboço de consolidação de três dessas posições de sujeito. Desejo enfatizar a importância de essas três formações dialogarem entre si, no sentido de formarem um

campo comum de interlocução como uma aliança – bloco histórico – com um fim determinado: eliminar o racismo, a desigualdade e a supremacia branca no Brasil. Essas três posições sociais seriam representadas pela militância negra tradicional, pela juventude da periferia organizada no Movimento *Hip-Hop* (MH2) e pela jovem geração de intelectuais e pesquisadores negros.

As condições para esse diálogo – essencial para formação de um ‘bloco histórico contra-hegemônico’ – passam necessariamente pela crítica recíproca e reflexiva. Ou seja, esses sujeitos só podem formar-se em um nível de consciência superior se, primeiro, forem capazes de questionar e interrogar a si próprios, o seu lugar de origem e a sua história; segundo, a formação de uma aliança tal qual esta só é possível mediante a crítica recíproca e generosa, na qual cada posição pode trazer questionamentos novos às outras duas. Por que seria, entretanto, desejável tal aliança?

Consideremos que exista uma dominância branca no Brasil que se localiza tanto na divisão do trabalho, como nos comportamentos do dia-a-dia, como nas realizações da cultura. E mais, essa dominância ‘usa’ a cultura – a escola, a TV, as artes, etc. – para dissimular ou disfarçar sua própria prevalência. Assim, no Brasil, não existiriam diferenças raciais porque

“somos todos mestiços”, a cultura negra seria mais “natural e espontânea”, o negro seria um ser essencialmente “artístico”, etc. Tudo isso é claro, de acordo com a posição hegemônica. Esse arranjo que combina distribuição de poder, segregação econômica e mistificação cultural pode ser entendido como *o conjunto da dominação racial*. Este conjunto forma a hegemonia branca. Ora, para fazer frente a ela é preciso que se crie *outra hegemonia*; ou uma *contra-hegemonia*, essa é a tarefa de um bloco histórico revolucionário em formação. Um bloco como esse deve incorporar posições divergentes entre si o bastante para poder fazer frente à complexidade de aspectos apresentados pela hegemonia dominante, mas deve ser também convergente o bastante para ter uma identidade essencial e interesses comuns.

MODERNIZAR O PASSADO

Quero argumentar que os militantes negros ‘tradicionalis’, que construíram o Movimento Negro Brasileiro nas organizações que existiram e que existem ainda – seja as estritamente políticas, seja as consideradas culturais –, ativistas que puseram na agenda pública nacional a questão do racismo contra todo o pacto do silêncio, que deram o tom das discussões sobre o centenário da Abolição, que desmascararam o mito da democracia racial, etc., têm algo de importante e específico a dizer. Ou seja, falam de um lugar determinado, têm uma história rica e abrangente e uma experiência política acumulada.



William Seewald

O Movimento Negro Brasileiro Contemporâneo (MNBC) surgiu no bojo de outros dos chamados novos movimentos sociais no período final do Regime Militar. Considerado um movimento fundamentado na Política da Identidade, representa um corte tanto em relação ao Movimento Operário baseado no confronto de classe e não na identidade cultural/racial; quanto em relação ao Movimento Negro da primeira metade do século XX, não-

identitário e integracionista. A organização-símbolo dessa nova fase é o Movimento Negro Unificado (MNU) fundado em 1978. Esse MNBC tem inúmeros e evidentes méritos que podem ser sintetizados na introdução forçada da discussão sobre racismo na esfera pública brasileira. Ou seja, o MNBC tem contestado a hegemonia branca na esfera pública e na política.

As dificuldades ou impasses apontados para esse ‘grupo’ podem ser enu-

O Movimento Negro brasileiro contemporâneo, considerado um movimento fundamentado na Política da Identidade, representa um corte tanto em relação ao Movimento Operário baseado no confronto de classe e não na identidade cultural/racial; quanto em relação ao Movimento Negro da primeira metade do século XX, não-identitário e integracionista

meradas: (1) como um movimento de identidade racial-cultural o MNBC desde cedo enfrentou o dilema do “culturalismo” ou de como a cultura se relaciona com a política de um modo emancipatório e não folclórico; (2) por outro lado, dificuldades ligadas à própria raiz do problema que procuravam enfrentar – o racismo, o mito da democracia racial, a pobreza da maioria dos negros, etc. – obstruíram a institucionalização eficiente dos grupos; (3) a formação dos grupos principalmente por pessoas ligadas à educação, às artes ou à universidade teria criado dificuldades de comunicação com os negros mais pobres.

Esse Movimento parece ter o benefício de uma história longa e consistente para o qual pode voltar-se como uma fonte de inspiração e um guia para o presente; nesse sentido tem sua tarefa mais importante na revisão e crítica de sua história, na redefinição de seu papel e na compreensão de sua trajetória da década de 1970 até ago-

ra, principalmente no que se refere a sua atuação pública.

PENSAMENTO PERIFÉRICO

Quero também sustentar que uma nova geração de pesquisadores, estudantes de pós-graduação, intelectuais e artistas negros (desvinculados ou não do movimento negro tradicional) começa a vocalizar uma alternativa de reflexão sobre a sociedade e sobre suas áreas específicas de trabalho que se reivindica posicionada e negra. Estes jovens autores/atores têm também certamente algo a dizer, e não apenas sobre aquilo que estudam, mas também sobre a própria posição do intelectual negro na Diáspora Africana e sobre a possibilidade de um deslocamento do pensamento branco dominante.

Para além da discussão absolutamente urgente e determinante sobre a ausência de quadros técnicos, científicos ou intelectuais negros em larga escala no Brasil, vemos surgir a oportunidade de um questionamento mais profundo. Um número crescente de pesquisadores e estudantes de pós-graduação, afrodescendentes, tem surgido no Brasil, muitos deles discutindo exatamente aspectos fundamentais da experiência negra nacional, tanto nas áreas de história e ciências sociais como em educação e saúde coletiva. Estes sujeitos, além do mais, começam cada vez mais a perguntar sobre o papel do racismo e do eurocentrismo na formulação das teorias, dos problemas e das respostas paradigmáticas no campo científico, *politizando* o debate intelectual ou, de certo modo, pon-

do sob crítica as bases do pensamento branco hegemônico. Nesse sentido, esses *pesquisadores e estudantes com seu trabalho e sua presença negra ameaçam pôr em cheque a hegemonia branca na produção de conhecimento*, nos dois níveis citados: desarmando a hipocrisia da democracia racial ao questionar as raízes sociológicas para a exclusão do negro da comunidade científica, e erodindo as bases epistemológicas das teorias brancas. Por outro lado, e não menos importante, artistas negros procuram seu “lugar” em uma realidade brasileira já consciente das contradições raciais que porta. O exemplo do *Dogma-Feijoada* (iniciativa de cineastas negros por um cinema negro não estereotípico) neste caso se auto-impõe.

Esses enfrentamentos no campo acadêmico e artístico talvez conduzam a uma saída convergente, ainda que radicalmente plural, na formulação de uma ‘posicionalidade’ (posição de sujeito) periférica, que aponte sua crítica para totalizações centralizadoras e que ponha em destaque os aspectos críticos da produção de conhecimento de um ponto de vista não-hegemônico e que ressalte o valor da periferia, de um modo metafórico, mas também muito concreto. Esta crítica deve incorporar o drama da “dupla consciência”, a filiação dupla de intelectuais negros à tradição ocidental e ao mundo político e cultural da diáspora negra. Nesse sentido, esses jovens intelectuais e artistas têm como principais tarefas: primeira, realizar a crítica vigorosa em suas próprias áreas

Esses pesquisadores e estudantes ameaçam pôr em cheque a hegemonia branca na produção de conhecimento, desarmando a hipocrisia da democracia racial e erodindo as bases epistemológicas das teorias brancas

de trabalho; segunda, fazer ver ao conjunto dos atores sociais negros a importância dessa atividade eminentemente crítica; terceira, compreender e enfrentar as contradições de pertencer ao “mundo negro” de origem (que é também o solo do pertencimento político básico) e ao “mundo branco” da universidade e das artes de vanguarda.

LADRÃO, MEU IRMÃO

Por fim, acredito que milhões de jovens e adolescentes afrodescendentes, nordestinos ou simplesmente “pobres” têm algo de muito importante a dizer. A juventude da periferia, organizada em torno dos valores estéticos/políticos da cultura *hip-hop* é a grande diferença na política racial brasileira e deve certamente ser protagonista da mudança que o Processo Social Brasileiro deverá sofrer. Diferentemente da juventude branca e de classe média dos anos de 1960, esses jovens falam diretamente a partir da experiência de marginalização, violência e pobreza e não como uma esquerda ‘esclarecida’ e bem intencionada. Têm além do mais um instrumento poderoso e criativo em mãos que é a cultura *hip-hop*, que se espalha rapidamente nas periferias brasileiras e floresce na razão direta da

vontade de participação, de dignidade e de expressão desses jovens.

Colocando-se lado a lado com os “deserdados da terra” o MH2 fala com a voz dos presídios, das quebradas, das favelas e dos mocambos do Brasil, de uma forma tão profundamente crítica que deve nos forçar, intelectuais e ativistas, a refletir sobre nossos próprios pontos de vista. Questionando a desigualdade racial e social, centrando suas reivindicações na demanda por *Paz e Justiça* e pondo a idéia de nação contra a parede, o MH2 arremete contra a própria idéia de Brasil como um país para todos nós e como *pátria mãe gentil*, criticando ao mesmo tempo as formas tradicionais de representação estética e política desta/nesta nacionalidade.

Assim também, *o Movimento põe no centro da discussão o fato bruto e incontornável da violência como formadora da experiência social brasileira. Abala, em si mesma, a hegemonia racial brasileira de modo mais profundo que os outros dois lugares sociais* porque não está em condições, pela sua própria localização social, de fazer muitos “acordos” ou mediações que intelectuais e ativistas necessariamente têm que fazer.

Algumas de suas principais tarefas, me parece, relacionam-se: com o superar certa vocalização interna ao MH2 que tende para uma espécie de ‘síndrome do povo eleito’, ou seja, *somos os mais sofredores por isso somos os melhores*; com a discussão de como o MH2 pode permanecer coerente e íntegro incorporando pluralidade em

seu imaginário e discurso, ou seja, a negritude masculina heterossexual da periferia de São Paulo, não é nem pode/deve ser a única negritude (assim como qualquer outra identidade marginalizada) legítima no Brasil; com o considerar a relação complexa entre a expressão artística e a produção de mercadorias culturais no contexto do mundo capitalista.

Estes três lugares-sujeitos – ativistas, intelectuais e juventude – têm certamente algo a dizer entre si. Como estabelecer essa conversão, que no meu entendimento só pode ser crítica (e autocrítica), é a interrogação sem resposta neste ensaio. A formação de um campo alternativo e contra-hegemônico, afrodescendente, crítico e radical desponta no horizonte como a aurora da Revolução Afrodescendente no século XXI. Esta não seria nada mais do que o deslocamento da hegemonia branca de seu lugar central dominante em favor de um arranjo, político e cultural mais plural, democrático e moderno.

Osmundo de Araujo Pinho, pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, doutorando em Ciências Sociais.

A partir de meados dos anos de 1970 a variável "raça" ou "cor" passa a ser reconhecida como um importante fator para a persistência e reprodução das desigualdades sociais no Brasil. Isso rompe com o silêncio das análises políticas, sociológicas e históricas anteriores, que eram elaboradas sobre um largo vazio – quase cem anos – de informações sobre o peso objetivo e subjetivo da classificação racial na organização da sociedade.

Nesta edição de TEMPO E PRESENÇA, oferecemos aos nossos leitores, na forma de alguns boxes (as páginas especiais), informações quantitativas organizadas por pesquisas recentes sobre a demografia racial no Brasil e no mundo. São dados estatísticos coletados de trabalhos acadêmicos, apresentados aqui como forma de apontar para a atual dimensão das desigualdades e sugerir a leitura mais aprofundada dos trabalhos de onde os retiramos.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO MASCULINA

Características socioeconômicas	Branca	Preta	Parda
Anos de escolaridade	6,25	3,81	3,96
Idade ao primeiro trabalho	12,66	12,20	12,01
Renda familiar <i>per capita</i>	376,57	166,87	163,61
Tamanho da família	3,70	4,05	4,18
Residência urbana (%)	83,17	77,79	73,19
Escolaridade do pai	2,96	1,33	1,57
Status ocupacional do pai	8,66	5,58	6,04

Fonte: Nelson do Valle Silva, 2000. "Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil". Em: *Tirando a máscara – Ensaios sobre racismo no Brasil*. Organizado por A. S. Guimarães e L. Huntley. São Paulo: Editora Paz e Terra, p. 33-51.

PERFIL HABITACIONAL E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA POR COR

Percentual população que vive em:	Brancos	Pretos	Pardos
Domicílios rústicos*	3,4	13,9	13,3
Lares sem água corrente	19,9	42,2	50,4
Lugares onde não há coleta de lixo	18,3	34,1	30,5
Lares sem eletricidade	10,2	21,7	28,0

Fonte: Rosana Heringer. 1999. "Desigualdades Raciais e ação afirmativa no Brasil: reflexões a partir da experiência dos EUA". Em: *A Cor da desigualdade*. Organizado por R. Heringer. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Raciais e Étnicos/ Núcleo da Cor, FCS – UFRJ, p. 39-86. *Domicílios rústicos: categoria utilizada pelo IBGE para barracos.

PERFIL DE CRIANÇAS DE 5 A 11 ANOS QUE FREQUENTAM A PRÉ-ESCOLA POR GRUPOS DE IDADE

Crianças freqüentando pré-escola	Brancos	Negros (Pretos + pardos)	Total
5 a 6 anos	56,3	43,1	2.847.587
7 a 9 ou 11 anos	36,5	63,5	1.100.185

Fonte: Fúlia Rosemberg, 2000. "Educação infantil, gênero e raça". Em: *Tirando a máscara* (op. cit.), p. 127-164.

QUEIXAS DE DISCRIMINAÇÃO (DENUNCIADAS EM JORNais) POR 100 MIL HABITANTES NEGROS

Área metropolitana	% de negros na população	Número de casos denunciados em jornais por 100 mil habitantes negros
Rio de Janeiro	10,5	5,55
São Paulo	4,6	6,5
Salvador	15,6	4,23
Belo Horizonte	8,3	5,78
Porto Alegre	6,0	5,91
Recife	5,6	2,43
Brasília	3,7	11,51
Curitiba	2,5	9,87
Belém	2,6	4,05
Fortaleza	2,0	0,00

Fonte: Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. 1988. "Preconceito e discriminação. Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil". Salvador: *Novos Toques*, p.105.

Monumentos negros

Ordep Serra

Por que "monumentos negros" e não "populares"? E, se assim é, por que não também "monumentos brancos"? O Autor conta uma história de quase escavações arqueológicas que fizeram, aqui e ali, a fim de fazer aflorar parelha entre monumentos e sítios dos 'dominados' com os atinentes aos dominadores. "Bens de cultura" não tinham sido alvos de nenhuma 'Lei Áurea', como também outros bens. Esses monumentos, quiseram soterrá-los. Em vão

Não há muito que se começou a falar em "monumentos negros". Esta expressão era mesmo inusitada, até faz pouco tempo. Pode-se datar a sua aparição "oficial", ou seja, o início de seu uso regular, tanto nos meios administrativos como no circuito acadêmico: os começos da penúltima década do século passado. Mais precisamente, o ano de 1981 – definido este marco por um documento pioneiro em que se trata do assunto, um texto a que instituições públicas deram chancela. Hoje, a expressão se acha consagrada: já não

causa escândalo falar em "monumentos negros". De começo, porém, o seu emprego provocou reações negativas em muita gente boa.

A mudança que tornou usuais as expressões "monumento negro", "patrimônio afro-brasileiro" decorreu de uma renovação deflagrada por Aloísio Magalhães, criador do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). O ponto de partida foi uma proposta do antropólogo Olympio Serra.

O Centro de Referência Cultural (CNRC) foi fundado em 1976; a Pró-Memória, que o substituiria, herdando-lhe o programa de ação, começou a funcionar em 1981, também sob a presidência de Aloísio Magalhães. Este veio a falecer logo no ano seguinte, mas deixou o legado de uma nova política cultural para nosso país. A Fundação Pró-Memória (FNPM) foi ponta de lança desta política; germinaram aí muitos dos projetos mais avançados que viriam a ser executados, depois, não só na própria Fundação como no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de que Magalhães se tornara presidente em 1979.

Na Pró-Memória, Olympio Serra assumiu a coordenação do projeto *Etnias e Sociedade Nacional*, dedicando-se, inicialmente, a atividades que tinham a ver com o resgate de uma rica memória indígena: a microfilmagem e indexação da valiosa documentação

encontrada em depósito no Museu do Índio, e o prosseguimento de trabalhos, iniciados no Centro de Referência, que levariam a Pró-Memória a publicar, em 1981, o famoso *Mapa etno-histórico* de Curt Nimuendaju. Mas o projeto *Etnias* não ficou nisso: tinha uma ambição maior. Era seu escopo corrigir um sério defeito da política cultural brasileira: reparar seu etnocentrismo, sua fixação eurocêntrica e elitista. Assim, incorporou também a defesa dos valores culturais afro-brasileiros, do patrimônio negro do Brasil.

O ano de 1980 foi marcado, na FNPM, por uma movimentação inusitada, sem precedentes na história dos órgãos responsáveis pela política cultural brasileira. O coordenador do projeto *Etnias* empenhou-se em mobilizar lideranças negras de todo o País, e promoveu uma histórica reunião em União dos Palmares, no Estado de Alagoas, onde foi lançada a proposta do Memorial Zumbi. Este acolheu em seu Conselho representantes de várias organizações anti-racistas, membros dos movimentos negros e de comunidades afro-brasileiras tradicionais, de diversas entidades da sociedade civil empenhadas na defesa de valores democráticos. A iniciativa dessa mobilização deu muitos frutos: abriu espaço para que líderes negros participassem de um modo mais ativo da definição da política de cultura do País. Foi a primeira semente do que viria a ser, mais tarde, a *Fundação Palmares*.



Imagens do Terreiro da Casa Branca: primeiro monumento negro

À esquerda, entrada do barracão

Abaixo, praça de Oxum

O projeto *Etnias...* pretendia corrigir um sério defeito da política cultural brasileira: reparar seu etnocentrismo, sua fixação eurocêntrica e elitista

Em 20 de novembro de 1980, União dos Palmares amanheceu movimentada. Os membros do recém-criado Conselho do Memorial Zumbi, à frente de um grande número de jovens negros (militantes de organizações não-governamentais anti-racistas de diversos pontos do País, e numerosos membros de "blocos afros" baianos, que chegaram à cidade alagoana em três ônibus) subiram a Serra da Barriga para prestar homenagem ao herói. Esta romaria cívica logo se tornou uma tradição: desde 1980, ela se repete, todos os anos, na mesma grande data, atraindo para União dos Palmares gente de todo o Brasil (e até do exterior). Não há dúvida de que o rito assim inaugurado ajudou a fixar-se, na memória do País, a proposta do "Dia Nacional da Consciência Negra".

O Conselho do Memorial Zumbi promoveu os estudos e implementou



as medidas que resultaram no tombamento da Serra da Barriga como Patrimônio Histórico do Brasil, oficializado em 1985. A instituição da romaria de 20 de novembro ao monte palmarino foi um fator decisivo no sentido de erigí-lo em monumento, de fazê-lo reconhecer como um sítio histórico.

Com apoio na Pró-Memória e no projeto *Etnias*, surgiu ainda, em fins de 1980, uma outra iniciativa que iria resultar na consagração da idéia de patrimônio afro-brasileiro. Por provocação de Olympio Serra, veio a lume um projeto que elaborei em conjunto com o arquiteto Orlando Ribeiro, e que foi posto em prática (já em 1981), graças a um convênio entre a Fundação

Pró-Memória, a Fundação Cultural do Estado da Bahia e a Prefeitura de Salvador: o *Projeto de Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia – Projeto Mamnba*, como ficou conhecido – executado sob a minha coordenação, até o ano de 1984. O documento que lhe deu origem foi o primeiro em que a expressão 'monumentos negros' veio a ser empregada no contexto de uma proposta de política oficial de preservação cultural.

Os autores da proposta do *Mamnba*, na sua apresentação, afirmaram o valor histórico, antropológico (e ainda paisagístico) do acervo de bens culturais constituído por monumentos e sítios religiosos negros da Bahia, acer-

A maioria dos imóveis tombados foram erigidos por escravos trazidos da África Negra. Negros e negro-mestiços ergueram palácios, sobrados, fazendas senhoriais, esplêndidos templos católicos e outras edificações importantes

vo este que comprehende templos, áreas consagradas, hortos, obras de arte sacra negra etc.; constataram que este acervo era – em grande medida, ainda é – desprezado e esquecido pelas autoridades da área cultural, por conta de preconceitos arraigados e de uma percepção equivocada, elitista, do que sejam ‘patrimônio histórico’ e ‘bens de cultura’. De fato, apenas os monumentos relacionados com a história dos setores dominantes vinham merecendo atenção dos órgãos responsáveis pela preservação da memória pública e dos bens culturais do Brasil. Propunha-se, nesse texto, a realização de um inventário de tais bens, e a adoção de medidas eficazes de proteção do patrimônio negro da Bahia. (Olympio Serra cogitava uma extensão deste trabalho a todo o Brasil.)

O projeto *Mamnba* foi bem recebido... quase sempre. Também provocou discussões que vale a pena recordar. Um notável arquiteto, então titular de um posto de destaque na administração municipal de Salvador, sugeriu-me trocar uma palavra, na expressão “sítios e monumentos negros”: propôs substituir “negros” por “populares”. Ignorei-lhe a sugestão... Mas outras pessoas de destaque fizeram-me, muitas vezes, o mesmo reparo: por que “monumentos negros?” Conforme ob-

jetavam, falar assim implicaria em suportar a existência de “monumentos brancos” etc.; implicaria classificar bens culturais pela cor de seus criadores ou usuários. A expressão “patrimônio negro”, também inusitada, provocava reações parecidas.

Minha resposta foi sempre a mesma: não era essa a idéia... Mas se fosse para os classificar pela cor de quem os erigiu, incontáveis monumentos de nossa terra – a maior parte dos edificados – seriam *negros*.... Pois a maioria dos imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e órgãos congêneres foram erigidos por escravos trazidos da África Negra, ou por seus descendentes. Negros e negro-mestiços ergueram palácios, sobrados, fazendas senhoriais, esplêndidos templos católicos e outras edificações importantes que o Instituto lançou nos seus registros. Entre esses edifícios, há muitos em que os seus construtores, depois de acabada a obra, sequer podiam entrar: era o caso de paços, de ricos palacetes e até de igrejas erigidas por “gente de cor”. Mas as mãos negras que fizeram a riqueza deste país e produziram tantos bens de cultura – quase sempre para outros, e ficaram excluídos de seu desfrute –, também produziram, de forma espontânea, monumentos valiosos em que têm depositado sua própria memória, destinando-os a usos culturais de sua invenção. Os bens e valores em que se materializam tradições dos afro-brasileiros podem, a meu ver, ser adequadamente chamados de “monumentos negros”, de “patrimônio negro”.

O primeiro monumento negro a ser tombado como patrimônio histórico e cultural do Brasil foi o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, o *Ilê Axé Iyá Nassô Oká*, em 1984. O trabalho do projeto *Mamnba* o tornou possível. Mas isto não se deu sem re-

sistência: no próprio Instituto, muitos técnicos e dirigentes eram contrários à medida, mostravam-se escandalizados com a idéia – para eles absurda – de tombar um terreiro de candomblé.

Alguns ficaram inconformados, quando isto se consumou, e o lamentaram com amargura nas páginas da *Revista do Patrimônio*, na edição comemorativa do cinqüentenário do Iphan. Sofreriam mais... No mesmo ano, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, Inepac, tombou a Pedra do Sal, um importante espaço simbólico da cultura negra na Cidade Maravilhosa: uma área consagrada ao culto dos orixás e ligada às origens do samba carioca. Pouco tempo depois, o Governo do Estado de São Paulo tombaria um terreiro de candomblé paulistano, o *Ilê Obá*; não demorou muito, e o Governo do Maranhão reconheceu a Casa da Mina como patrimônio cultural. Em 1985, foi a vez da Serra da Barriga. Em 1987, no Seminário de Itaipava, o *International Council of Monuments and Sites* manifestou seu aplauso à iniciativa do tombamento da Casa Branca do Engenho Velho. Quando, no ano de 2000, foi tombado o *Ilê Axé Opô Afonjá* (outro importante terreiro baiano), já não houve ranger de dentes (pelo menos público, audível). A idéia de “monumentos negros” deixou de afigurar-se uma extravagância. Até mesmo no Iphan.

É um avanço, sem dúvida... Mas ainda falta muita coisa para que se trace uma boa política de proteção ao patrimônio negro do Brasil. ■

Ordep Serra, doutor em Antropologia e colaborador de KÖINONIA.

Comunidades remanescentes de quilombos

José Maurício Arruti

Os espaços de resistência, os quilombos. Quantos são? Onde estão situados? O Autor faz uma quase garimpagem: palavras jornalísticas, considerações científicas, e conclui com um desafio ao que resta fazer e escapa a uma simples coleta de "dados pré-existentes, como frutas maduras". Mesmo assim é uma linda história

A palavra *quilombo* originalmente se refere a um local onde se abrigavam negros fugidos, ainda no período da escravidão. Mas há alguns anos essa palavra vem ganhando novos significados. Na passagem das décadas de 1970 e 1980, a metáfora dos quilombos foi definitivamente apropriada pelo movimento negro, como um ícone de resistência política, social e cultural, sob a forma do quilombismo. Em meados dos anos de 1980, seria a vez do movimento camponês pela reforma agrária apropriar-se do termo, tendo por base a experiência das "terras de preto". Por uma via ou por outra houve uma ampliação do significado do termo que preparou o grande impacto numérico, social e político do "artigo 68" (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

As estimativas sobre quantas afinal seriam essas comunidades remanescentes de quilombos são confusas e divergentes. As comunidades oficialmente reconhecidas nos termos do "artigo 68" são atualmente em número de trinta e três, tendo em conta apenas os atos da Fundação Cultural Palmares (FCP – Ministério da Cultura) publicados no Diário Oficial da União até 2000. Mas a esse número devemos acrescentar os três "Títulos de Domínio" emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado do Pará (um deles incluindo sete comunidades) e os cinco decretos que, independentemente da intervenção ou mediação do Executi-

vo Federal, e baseados em uma legislação estadual específica para o assunto, reconhecem oficialmente essas comunidades e seus direitos à terra: um em Mato Grosso e quatro em São Paulo.

AS LISTAS

Em 1999, a FCP divulgou uma lista com cinqüenta e uma novas comunidades, sobre as quais comprometeu-se a realizar os trabalhos necessários para o reconhecimento oficial. Esta lista foi elaborada no âmbito do processo de organização da *Articulação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombos*, por meio da reunião das demandas de todas as comunidades que participaram de seu primeiro encontro nacional, além daquelas presentes nos seus encontros regionais e estaduais.

As *listas* já são produto, portanto, da mobilização e pressão política dessas comunidades, cujos limites de expansão ainda estão por se definir. Seus números não são um retrato das comunidades existentes, mas apenas o instantâneo de um momento dessa expansão, a qual faz referência exclusivamente àquelas comunidades que, tendo um conhecimento básico do processo de reconhecimento oficial, encontram-se em condições de apresentar uma demanda nesse sentido.

Outras *duas listas* foram produzidas mais ou menos no mesmo período, entre 1998 e 2000. Uma pela FCP, a partir da reunião de notícias esparsas

**ARTIGO 68 DO ATO DAS
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS DA
1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

"Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

e não verificadas, de fontes muito desiguais, que resultou na estimativa de 743 comunidades. Outra, por um levantamento do departamento de geografia da Universidade de Brasília (UnB), tendo por base informações da FCP e a consulta ao movimento negro nacional e ao Ministério Público Federal de diferentes estados, chegando ao novo número de 814 comunidades. Nessas listas constam apenas os nomes das comunidades e dos municípios em que estão localizadas, não agregando outras informações, nem deixando clara a definição do objeto mapeado. Nesses registros misturam-se comunidades rurais e urbanas, ainda existentes e desaparecidas, que têm demanda e que nem sabem da existência do "artigo 68" ou o que significa 'remanescentes de quilombos'.

Parece claro que os problemas observados nessas listas nacionais só podem ser solucionados por meio de pesquisas participativas, voltadas para universos bem mais restritos e por meio de trabalhos mais pacientes. E tais pesquisas existem. Temos notícias delas no Pará (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA), no Piauí (Grupo Cultural Coisa de Nêgo), no Ceará (Projeto Agrupamentos Negros), em Pernambuco (Centro de Cultura

Luiz Freire), em Sergipe (Centro D. J. Brandão de Castro e SACI), na Bahia (CPT e Iterba), no Rio de Janeiro e Espírito Santo (KINONIA) e em Minas Gerais (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva), entre outras.

Elas trabalham, em geral, sobre o recorte estadual, mas ainda estão longe de cobrir todos os estados. Algumas já têm mais de dez anos; outras são ainda muito recentes. Algumas contam com uma maior ou menor infra-estrutura em universidades ou ONGs; outras são levadas a cabo de forma voluntária, por pesquisadores isolados ou pelo movimento social. Algumas contam com apoio metodológico e teórico de cientistas sociais; outras são feitas de forma mais improvisada, mas por pessoas com grande conhecimento empírico sobre suas regiões. De qualquer forma, são poucas as que apresentam resultados prontos à divulgação, o que não nos permite apresentar uma visão ampla da situação das comunidades negras rurais em

todos os estados em que tais pesquisas existem.

AS PESQUISAS

Três pesquisas, porém, bastante diferentes entre si, ilustram a variedade de formas por meio das quais hoje estão sendo encaminhados os 'mapeamentos' dessas comunidades.

A primeira, relativa ao Maranhão, foi iniciada em 1988, pelo Projeto Vida de Negro e é realizada em parceria pelo Centro de Cultura Negra (CNN) e pela Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH). Sua equipe é constituída basicamente por militantes do movimento negro, apoiados por outros técnicos, advogados e cientistas sociais. No seu caso, a pesquisa sobre as comunidades se faz indissociável de um trabalho pedagógico, assim como de fomento às suas organizações locais e estaduais. Daí o trabalho de mapeamento, neste caso, ter implicado também na realização de encontros estaduais e micro-

QUILOMBISMO

Abdias do Nascimento publicou, em 1980, *O quilombismo*, no qual buscava definir justamente o conteúdo simbólico que deveria ser atribuído aos "quilombos": movimento social de resistência física e cultural da população negra que se estruturou não só na forma dos grupos fugidos para o interior das matas na época da escravidão, mas também, em um sentido bastante ampliado, na forma de todo e qualquer grupo tolerado pela ordem dominante em função de suas declaradas finalidades religiosas, recreativas, benéficas, esportivas etc. Para Abdias, "Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial" que apontaria para uma utopia de sociedade inspirada no "comunitarismo da tradição africano".

E, acompanhando essa leitura, no ano seguinte, 1981, celebrou-se em

Recife, a primeira missa no Brasil (e, possivelmente, em todo o mundo católico) em que altos representantes da Igreja, diante de uma multidão de cerca de oito mil pessoas, se penitenciaram e pediram perdão pelo posicionamento histórico da Igreja diante dos negros, da África e, em especial, dos negros aquilombados, reconhecidos como os maiores inimigos da empresa cristã durante séculos. Foi a Missa dos Quilombos, que se tornou um marco no revisionismo histórico da Igreja no Brasil. Mas o foco da Missa dos Quilombos não era apenas a memória histórica, mas sobretudo um estilo de vida presente, que se fazia resistente e deveria ser reconhecido como tal, principalmente pelos agentes pastorais, para que pudesse se transformar em uma "luta cultural" consciente de si mesma: "Quilombo no Brasil é atualidade, não passado".



Jose Mauricio Arruti

Dona Maria Galega e seus filhos do casamento com o sr. Chico Preto. Localidade do Ranchinho, comunidade remanescente de quilombo do Mocambo, Porto da Folha/SE

regionais de representantes das comunidades negras rurais.

No Maranhão, em lugar das 162 comunidades apontadas na lista do levantamento FCP/UnB, o Projeto Vida de Negro identificou 401 *comunidades negras rurais* distribuídas por 62 municípios. Destas, 143 já foram identificadas como *comunidades negras rurais quilombolas*, sendo que 20 delas estão tendo assessoria técnica e 17 já têm processos jurídicos e antropológicos instituídos, 13 deles no âmbito estadual – resultado de um convênio entre o instituto de terras do estado e organizações da sociedade civil ligadas ao movimento negro. Além das comunidades, foram mapeados também, a partir de levantamentos documentais, 24 municípios com registros de quilombos entre 1832 e 1880. Desses trabalhos já resultaram dois processos de titulação largamente documentados em livro, como o de Frechal (Mirinzal/MA) e Santo Antônio dos Pretos (Codó/MA).

A segunda pesquisa, relativa aos três estados do Sul (SC, PR e RS),

Os problemas observados nas listas nacionais de comunidades só podem ser solucionados por meio de pesquisas participativas, voltadas para universos restritos e por trabalhos pacientes

consiste em um projeto do Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas (Nuer) da UFSC, iniciado em 1994. Dessa pesquisa resultaram várias publicações acadêmicas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, além dos laudos antropológicos. Além desses resultados já publicados, o grupo prepara um trabalho mais amplo, com uma visão de conjunto das comunidades listadas.

Em lugar das 12 comunidades remanescentes de quilombos estimadas pelas listas nacionais, o Nuer localizou notícias sobre 102 *comunidades negras*: 44 em 24 municípios de Santa

Catarina, 39 em 34 municípios do Rio Grande do Sul e 16 em nove municípios do Paraná. A equipe do Nuer realizou “visitas de identificação”, respectivamente em 36, 17 e 10 agrupamentos desses estados, percorrendo um total de 40 municípios. Dentre os agrupamentos visitados, 37 foram classificados como “rurais” e apenas um ocupava “área de marinha”, somando mais de 7.840 pessoas (oito dos agrupamentos visitados ainda não dispõem de estimativa demográfica), distribuídas em grupos que vão dos quatro habitantes até a casa dos 2.000. Vinte e quatro comunidades rurais e nove comunidades de periferia urbana com mais de 100 anos e oito rurais e sete de periferia urbana com uma ocupação que vai dos 50 aos 100 anos.

A terceira pesquisa, relativa a São Paulo, concentrou-se no ano de 1996, como atividade do Grupo de Trabalho criado pelo governo do estado em resposta a demandas das próprias comunidades e constituído de técnicos de diferentes órgãos da administração pública. Dela resultou, além da lista de comunidades, uma legislação estadual especificamente voltada para o tema e uma série de propostas de procedimentos administrativos.

Esse trabalho surge como uma resposta do governo do estado às demandas das comunidades do Vale do Ribeira, ameaçadas de deslocamento, em função da construção de diversas usinas hidroelétricas de Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaoca, no final dos anos 1980. Deles resultou uma lista de 23 comunidades, distribuídas por nove municípios paulistas, num total de 805 famílias e 43.700,65 ha. Delas, 20 comunidades, com 728 famílias e 42.454,33 ha estão localizadas no Vale do Ribeira, distribuídas por seis municípios. Todas estão sobrepostas a áreas reservadas, como a Área de Pro-

teção Ambiental da Serra do Mar, o Parque Intervales e a Zona de Preservação da Vida Silvestre, muitas localizam-se sobre terras devolutas (algumas sob litígio com pretensos proprietários) e a maioria delas está sob a área de influência dos lagos planejados das usinas hidrelétricas. A menor comunidade é a de João Surra, com duas famílias e 48,40 ha, e a maior é a de Nhunguara, com 105 famílias e 6.500 ha.

É interessante notar as diferenças tanto nas motivações, quanto nos métodos de trabalho, nos produtos pretendidos e, enfim, nos próprios contextos regionais. No Maranhão o trabalho de mapeamento resultou em uma mobilização de comunidades negras rurais sem comparação em qualquer outro estado brasileiro. No sul do país, o trabalho resultou sobretudo em trabalhos acadêmicos, como artigos, teses e dissertações, além de laudos. Finalmente em São Paulo, o trabalho levou à elaboração de uma sistemática jurídica e administrativa bastante complexa que aumentou a legislação estadual relativa ao tema.

Ligada a essas diferenças, cada pesquisa trabalhou com um recorte diferente de seu interesse. No Maranhão a denominação e o recorte escolhidos foi "comunidades negras rurais", por estar fundamentalmente vinculado ao movimento camponês e às discussões relativas às terras de preto. No Sul o interesse recaiu na identificação de grupos ou famílias negras organizados em torno de uma "territorialidade negra", que não era apenas fundiária ou agrária. Essa definição alargada estava ligada à força pela qual o contraste étnico é marcado nesses estados do Sul, levando a pesquisa a se restringir às comunidades rurais, mas incluindo também as da periferia urbana. No caso do GT paulista, a de-

TERRAS DE PRETO

Quando da apresentação do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, em 1985, os trabalhadores reivindicaram, pela primeira vez, o reconhecimento dos órgãos fundiários às situações de posse e uso da terra que não eram consideradas como legítimas até então, porque não podiam ser traduzidas nem em termos de propriedade privada, nem em termos de empresa agrícola, isto é, que não são controladas livremente nem por um determinado grupo doméstico ou de pequenos produtores diretos, nem por um de seus membros individualmente, mas que estão submetidas a formas de "uso comum", reguladas por uma espécie de direito local, válido para uma determinada comunidade e seu território.

Tais "terras de uso comum", para as quais os órgãos fundiários se vêem obrigados naquele momento, a elaborar novas formas de registro e cadastramento, incluem as que, do ponto de vista dos atores locais são conhecidas como Terras de Santo, Terras de Índio, Terras de Herança, Terras Soltas ou

Abertas e, finalmente, as Terras de Preto. Estas últimas compreendem propriedades adquiridas ou doadas a familiares de ex-escravos, com ou sem formalização jurídica. Tais propriedades podem ter tido origem em antigos quilombos; em áreas de alforriados; ou em concessões do Estado usadas como pagamento à prestação de serviços guerreiros. Podem ter tido origem também em propriedades economicamente decadentes, cujos proprietários perderam seu poder de coerção, passando a adotar o arrendamento apenas formal das terras a seus antigos escravos, que podem utilizá-las de forma coletiva, em troca de pagamento simbólico, mantido apenas para demarcar seu caráter de propriedade privada. Os descendentes dessas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente. Em alguns casos registrou-se a existência de grupos em relativo isolamento, mantendo regras e uma concepção de direito baseada na apropriação comum dos recursos.

As comunidades oficialmente reconhecidas nos termos do "artigo 68" são atualmente em número de 33, tendo em conta apenas os atos da Fundação Cultural Palmares publicados no Diário Oficial da União até 2000

signação privilegiada expressa como o interesse está menos em se colocarem problemas (analíticos ou políticos) sobre a forma e natureza dessas comunidades, que em dar resposta aos problemas jurídicos e administrativos que permitam responder às demandas já formuladas por elas. O falarem de dentro do Estado e de um ponto de vista principalmente jurídico, fez com que

repetissem estritamente a fórmula constitucional dos *remanescentes de comunidades de quilombos*.

De qualquer forma, parece fundamental perceber que o trabalho de mapeamento de comunidades remanescentes de quilombos, não pode ser pensado como uma simples consulta que pretenda coletar dados pré-existentes, como frutas maduras. É preciso que tais abordagens do tema estejam pautadas em uma discussão séria sobre o objeto e sobre os critérios de construção da informação sobre ele. Sem isso, não se produz nem informação, nem ação política legítima, nem inovação jurídica útil, mas apenas estatísticas, boas apenas para o *marketing* oficial ou pára-oficial. ■

José Maurício Arruti, doutorando em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ e assessor de KOINONIA.

GRUPOS OCUPACIONAIS (GO)

- 1 – trabalhadores rurais não-qualificados
- 2 – trabalhadores urbanos não-qualificados
- 3 – trabalhadores qualificados e semi-qualificados
- 4 – trabalhadores não-manaus, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários
- 5 – trabalhadores de nível médio e médios proprietários
- 6 – profissionais de nível superior e grandes proprietários

MÉDIA DE RENDIMENTOS POR GRUPO OCUPACIONAL E POR COR

Grupo ocupacional	Cor Branco	Preto	Pardo	Total
1	315,96	158,12	182,06	239,46
2	577,88	311,75	350,09	173,17
3	644,88	464,99	458,49	567,48
4	1.246,94	717,05	775,80	1.100,78
5	1.877,23	987,32	1.039,20	1.678,49
6	2.919,93	1.805,16	1.940,11	2.772,62
Total	949,66	403,24	432,81	734,18

GRUPO OCUPACIONAL POR COR

GO	Cor do respondente (%)		
	Branca	Preta	Parda
1	18,5	28,8	32,4
2	22,1	25,8	25,4
3	27,0	32,6	25,8
4	15,3	7,6	10,4
5	9,8	3,6	4,1
6	7,2	1,5	1,8
100	100	100	100

MOBILIDADE OCUPACIONAL INTERGERACIONAL POR COR, 1996 (%)

	Tipo de mobilidade	Brancos	Pretos	Pardos
1	Ascendente	52,5	43,9	45,5
2	Imobilidade	33,1	42,6	42,4
3	Descendente	14,4	13,5	12,1

Fonte: Nelson do Valle Silva, 2000. "Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil". Em: *Tirando a máscara – Ensaios sobre racismo no Brasil*. Organizado por A. S. Guimarães e L. Huntley. São Paulo: Editora Paz e Terra, p. 33-51.

PRINCIPAIS INDICADORES DA INSERÇÃO DOS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO BRASIL – REGIÕES METROPOLITANAS, 1998

Indicadores	São Paulo	Salvador	Recife	Distrito Federal	Belo Horizonte	Porto Alegre
Taxas de participação (%)	63,2	60,8	54,2	62,6	58,5	56,0
Taxas de desemprego (%)	22,7	25,7	23,0	20,5	17,8	20,6
Ocupados em situações vulneráveis ⁽¹⁾ (%)	42,4	46,2	44,7	35,4	40,3	38,2
Ocupados em postos de trabalho não qualificados ⁽²⁾ (%)	28,6	25,6	24,2	25,2	27,00	30,6
Rendimento médio mensal dos ocupados (R\$)	512,00	403,00	363,00	776,00	444,00	409,00
Salário por hora (R\$)	2,94	2,88	2,46	5,06	2,88	2,43
Assalariados com jornada superior à legal (%)	45,3	41,7	50,0	28,00	43,5	38,9

Fonte: Dieese/Seade e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: Dieese.

Notas: (1) Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos (2) Inclui as atividades não qualificadas do grupo de ocupação da execução e as atividades de serviços gerais no grupo de ocupação de apoio.

Obs.: raça negra: pretos e pardos; raça não-negra: brancos e amarelos

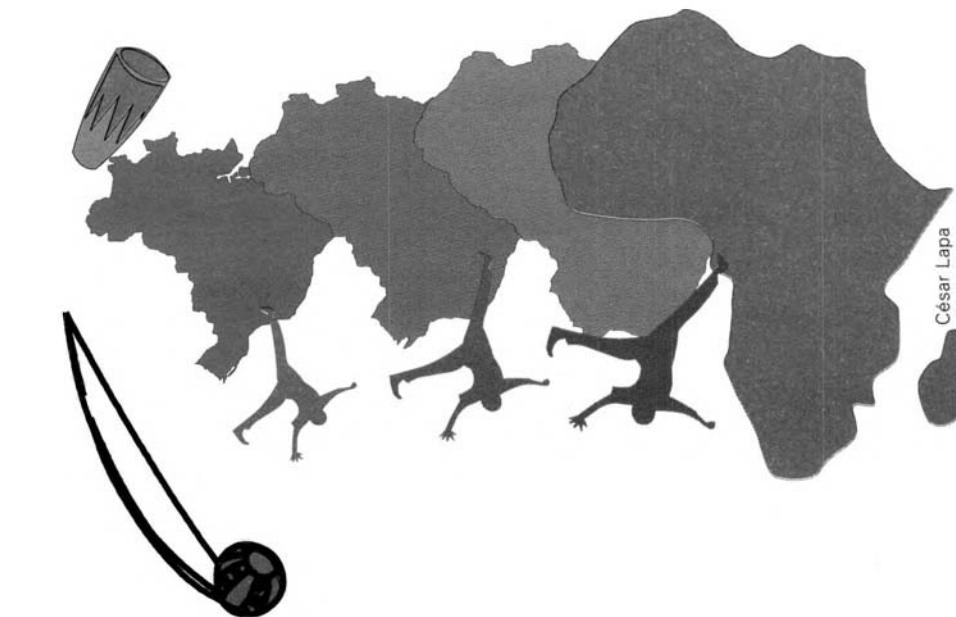
A África que se cria na Bahia

Patrícia Pinho

A crença geral de que viríamos a ser um “povo triste” foi desbaratada pelas idéias freirianas da miscigenação e admiravelmente ilustradas pelas heroínas e heróis mestiços e negros de Amado. Uma África que se cria – não se translada – na Bahia pode traduzir-se num mito libertador

No imaginário da maioria dos brasileiros, a Bahia é considerada “o pedaço mais africano do Brasil”. Quando se pensa em Bahia, vêm logo à cabeça algumas imagens ‘típicas’, bastante veiculadas na linguagem cotidiana: carnaval, capoeira, samba de roda, candomblé, baianas de acarajé, dentre outras representações que parecem sempre traduzir uma alegria, que seria permanente, deste povo ‘festeiro’. Em todas essas imagens de baianidade, há sempre a presença de pessoas negras, estejam elas requebrando, batendo tambor ou fritando os quitutes da “comida típica baiana”.

O que hoje se chama de “baianidade” tem sua origem na década de 1930, quando a apologia à miscigenação racial e cultural do povo brasileiro destituiu a crença até então hegemônica de que seríamos um “povo triste”, ou mesmo que seríamos um pro-



jeto inviável de povo, em função desse mesmo caráter miscigenado. A mistura de ‘raças’ e culturas, que antes havia representado a causa da inviabilidade, ou ao menos da vulnerabilidade, da formação do nosso povo, passou a significar o oposto, e foi adotada como mito de origem da nação, tornando o Brasil não apenas mestiço mas, como consequência que seria natural à mestiçagem, “isento de racismo”.

MATERNIDADE DO BRASIL

Nessa construção de nação e povo brasileiros, a Bahia foi projetada como *locus* de realização máxima da brasiliidade, sobretudo em função da presença de uma cultura negra que, concebida como conjunto de símbolos, foi

largamente utilizada como um dos pilares básicos da nossa “fábula das três raças” (Da Matta, 1981). Gilberto Freyre teve um papel fundamental na definição da Bahia como maternidade do Brasil, chegando a afirmar que “triste do brasileiro que não tenha dentro de si algumas coisas do baiano”.

No entanto, se Freyre pode ser considerado o pai da idéia da miscigenação, é a Jorge Amado que cabem os louros dessa empreitada de transformar o que era entrave em impulso à formação da nação brasileira. Toda a obra de Jorge Amado é permeada por ‘tipos baianos’, dentre os quais afloram heroínas e heróis mestiços e negros sobre uma paisagem mística, completada pela presença de mães-de-santo, capoeiristas, mulatas faceiras e

baianas de acarajé. Foi nesse mesmo período que elementos eleitos da cultura negra começaram a ser utilizados para compor a imagem da Bahia e, evidentemente, para definir as características da “baianidade”. O candomblé, por exemplo, até então intensamente perseguido pela repressão policial, adquire *status* de símbolo da celebrada mistura cultural da Bahia, exatamente em função de conter ‘africanismos’, caráter que antes havia servido como justificativa para a expurgação.

Contudo, além dos africanismos existentes na cultura negra da Bahia, dos quais alguns foram pinçados para a criação de uma noção de baianidade, é preciso reconhecer também que há muitas tradições ditas africanas que foram inventadas em solo baiano. A própria “cultura negra”, ou melhor, as várias culturas negras encontradas na diáspora, devem ser entendidas como culturas híbridas que estão constantemente sendo produzidas a partir da troca de objetos, símbolos e influências que viajam, desde os primeiros navios negreiros, pelo Atlântico Negro (Gilroy, 1993).

As culturas negras não são, portanto, meros desdobramentos de traços congelados de uma suposta ‘cultura africana’ que teria sido trazida pelos escravos, até mesmo porque a África, como a concebemos hoje, ainda nem existia para aquelas pessoas, que se identificavam muito mais a partir das etnias das quais faziam parte. Não devemos perder de vista que a África que existe hoje é resultado de uma invenção ocidental e fruto da ambição dos colonizadores europeus.

É preciso deixar claro que quando se fala em ‘invenção’ não é com a intenção de desvalorizar ou diminuir o que se considera “africano” na cultura baiana, muito menos se quer negar aqui a existência de continuidades his-

A África que se cria na Bahia pode se traduzir em um mito libertador, desde que seja utilizado no sentido de fortalecer identidades culturais e favorecer atuações políticas dinâmicas e lúcidas

tóricas entre a Bahia e a África. Sabemos que os orixás cultuados no candomblé e na umbanda são cultuados também na África. O *ijexá*, o samba de roda e diversos outros ritmos musicais tocados na Bahia têm mesmo origem africana, assim como a culinária do dendê, a capoeira e muitas danças populares. No entanto, além dessa herança africana inegável, há ainda um outro motivo que confirma a noção da “africanidade máxima” da Bahia, que se deve a um movimento intencional de afirmação dos laços com a África.

EXALTAÇÃO DA ÁFRICA-MÃE

O movimento de exaltação da África se iniciou nos anos 1970, quando eram veiculadas nas Américas as notícias das lutas pró-independência das então colônias africanas. Foi nesse contexto que as organizações negras no Brasil começaram a buscar o fortalecimento de seus laços com a África, ainda que muito mais no plano do imaginário e da produção cultural do que na esfera da diplomacia ou da política internacional. Os elementos afro-brasileiros citados como parte da herança africana reelaborada no Brasil foram então ressignificados com o intuito de reafirmar a ligação com a África-Mãe.

Este elo, no entanto, criou uma série de imagens fantasiosas da África, projetando representações de uma terra idílica onde residiria o ‘conheci-

mento fundamental’ e de onde emanaria a ‘essência’ presente em todo e cada negro do mundo. A busca por essa África idealizada na cultura baiana contemporânea criou novas demandas por informações e símbolos da África, e contribuiu para fortalecer generalizações sobre a ‘natureza’ do povo africano/negro e para congelar pedaços essencializados de uma suposta – e única – ‘cultura africana’. Nesse sentido, a própria determinação do que seria africano é baseada muito mais numa ‘impressão’ do que em pesquisas. Objetos, palavras e ritmos são definidos como africanos por meio de similaridades e associações superficiais e, acima de tudo, a partir de um forte desejo que rotula como sendo africano aquilo que se quer ter como original e, portanto, autêntico.

Se, por um lado, afirmar a identidade com base em uma suposta ‘africanidade’ tem possibilitado a criação de novas e positivas representações em um contexto onde ao negro têm sido atribuídas imagens sempre pejorativas, por outro lado, reforçar uma idéia de ‘África’ como entidade mágica e emanadora de autenticidade exige uma simplificação forçada que reduz a diversidade interna da experiência negra. Como afirma Stuart Hall: *Não podemos voltar ao início e retornar a uma identidade perdida. Pode parecer triste, mas não é possível ‘voltar para casa’ porque aquele que sai nunca mais volta do mesmo modo que saiu* (Correio da Bahia, 31/7/2000).

Além disso, é preciso estar atento também para o que comentávamos no início sobre a fusão de negritude em baianidade. Embora iniciado nos anos 1930, o processo de construção da baianidade continua em pleno vigor, e mesmo os símbolos contemporâneos recentemente criados ou ressignificados pela juventude negra para afir-

Não devemos perder de vista que a África que existe hoje é resultado de uma invenção ocidental e fruto da ambição dos colonizadores europeus

mar sua identidade afro-descendente – como a valorização das danças e do suíngue e a adoção dos penteados negros e do visual ‘afro’ que usa e abusa das estampas africanas, dos turbantes e das cores fortes – também têm sido utilizados para forjar a noção de baianidade. O processo de formação da baianidade chega ao século XXI, portanto, testemunhando a contínua adoção de elementos da cultura negra para formar o discurso oficial e comercial da baianidade. A adoção desses novos elementos, aliada à inversão de valores ocorrida com os velhos símbolos da cultura negra, é concomitante ao seu processo de transformação em parte significativa da imagem pública do estado da Bahia. Exemplo recente e muito significativo desta relação está na escolha do tema do carnaval do ano (eleitoral) de 2002, recentemente divulgado pela prefeitura de Salvador: “A África e sua presença na Bahia”.

UM MITO PERIGOSO

A celebração dessa baianidade construída sobre a negritude tem se revelado como um mito perigoso, que tem sido útil a interesses políticos e comerciais. Exemplo disso é que os canais da mídia na Bahia, principalmente imprensa e televisão, embora dêem espaço significativo à produção cultural negra, privilegiam sempre o lado lúdico, ‘cultural’ das organizações negras, além de representá-las como se fossem ‘pedaços’ da dominante ‘cultura baiana’. Assim, a cultura negra pro-

duzida na Bahia empresta sua aura ‘exótica’ para o *marketing* da baianidade. Contudo, o entusiasmo da elite política demonstrado pelos produtos da negritude, não corresponde a um entusiasmo equivalente entre pessoas que quotidianamente produzem essa cultura. “Geralmente, quem fatura com a commodity da cultura negra não tem o menor interesse pelas pessoas negras que a produzem” (Gilroy: 2000, 270).

O destino dos usos e abusos da África na Bahia se define não apenas pela ação dos poderes dominantes, mas depende fundamentalmente da postura política adotada pelos produtores da cultura negra. A África que se cria na Bahia pode se traduzir em um mito libertador, desde que seja utilizado no sentido de fortalecer identidades culturais e favorecer atuações políticas dinâmicas e lúcidas, já que os movimentos de trocas e influências impulsionados pela diáspora negra resultam

em expressões e lutas políticas que são capazes de transformar um grupo local em uma comunidade mais ampla, conectada internacionalmente pela valorização de uma origem comum. Por outro lado, a África que se cria na Bahia pode servir também como uma ‘cria’ que, domesticada, obedece a um sentido totalitário e oportunista de baianidade, que nada faz para libertar os racial e socialmente excluídos, e serve, ao contrário, para acomodar as desigualdades e acobertar as diferenças, sob a ilusão de que tudo é alegria na “Terra da Felicidade”. ☐

Patricia Pinho, doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp.

BIBLIOGRAFIA

- DA MATTÀ, Roberto. 1981 *Carnavais, Malandros e Heróis*, Rio de Janeiro, Zahar.
GILROY, Paul. 1993 *The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness*, London: Verso.
_____. 2000 *Against Race – Imagining Political Culture Beyond the Color Line*, Boston, Harvard University Press.



Brasil e África na virada do século

Omar Ribeiro Thomaz

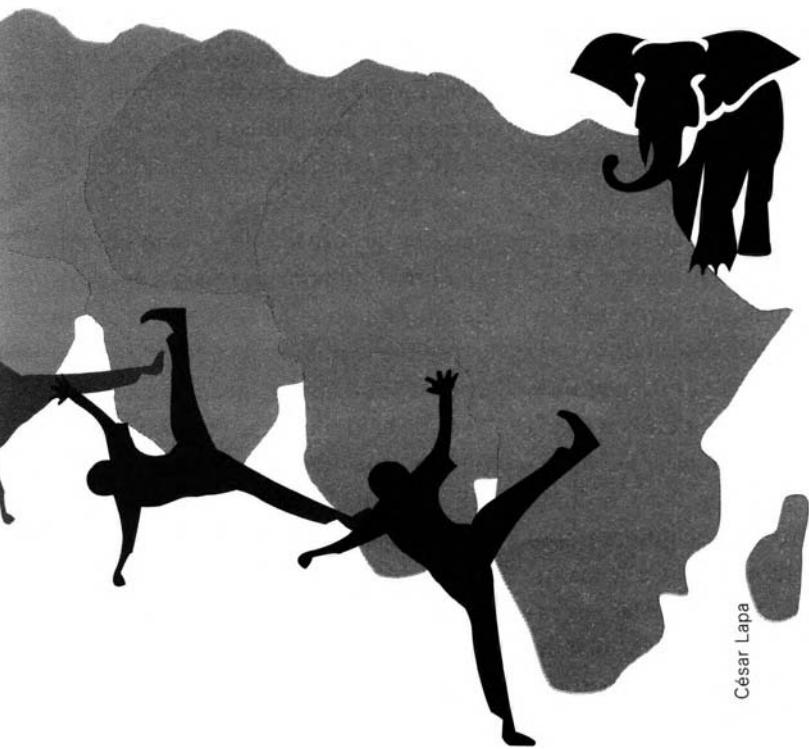
De maneira bonita e hábil o Escritor nos convida a “entender a presença histórica do Brasil na África”, quer simbólica, quer cultural. No final é emblemático: Escutar Chico Buarque em Moçambique, ou hastear uma bandeira do Movimento Popular para a Libertação de Angola numa sede do movimento negro no interior da Bahia, são fatos que extrapolam as consciências, mas estão carregados de promessas de utopia

Esta comunicação tem como propósito lançar um olhar sobre as relações existentes entre a África e o Brasil a partir de dois universos: de um lado, o universo das representações culturais, aquele que procura afirmar uma certa particularidade do que ‘realmente somos’, das marcas da nossa identidade; de outro, o universo da luta política, da construção democrática, enfim, da cidadania. Interessa-nos aqui mostrar que, de um e de outro lado do Atlântico, as idéias de ‘Brasil’ e ‘África’ foram apropriadas em diferentes contextos nestes dois registros: a ten-

tativa inequívoca de construção de uma ‘cultura nacional’ que pudesse dar conta da imensa diversidade de manifestações culturais presente no Brasil e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palops); e um projeto de grupos específicos de superação política, da constituição de princípios cidadãos que informasse as práticas sociais de países tão diferentes como Brasil, Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau.

BRASIL COMO UTOPIA AFRICANA

Geralmente, as relações entre o Brasil e os espaços coloniais portugueses na África ao longo do século XX são pensadas sob o filtro do mal-afamado luso-tropicalismo. A partir da década de 1930, elabora-se uma imagem do Brasil que procura positivar os elementos formadores da nacionalidade, a saber, as heranças portuguesa, indígena e, sobretudo, africana. Ao contrário do ocorrido em outros espaços coloniais como os Estados Unidos ou a África do Sul, no Brasil o colonizador português teria promovido uma aproximação doce entre grupos inicialmente antagônicos. A casa grande aproximar-se-ia da senzala e da mata virgem a partir da afirmação de um grupo de *filhos da terra* decisivos na dinamização do sistema, os mestiços. A existência deste imenso contingente populacional acabaria por aproximar os diferentes setores da sociedade brasileira apontando para um universo de relações mais igualitário, para uma “democracia racial”.



O principal sujeito desta história seria, na visão desses intérpretes, o colonizador português. A força desta ‘interpretação do Brasil’ foi imensa, e a partir da década de 1940 foi muito bem recebida entre grupos intelectuais estrangeiros, nomeadamente franceses (Roger Bastide e Metraux), norte-americanos (Marwin Harris, Donald Piereson) e, sobretudo, portugueses. Parte destes últimos estavam profundamente preocupados com o destino de Portugal como nação colonizadora, e passaram a interpretar a presença colonial portuguesa na África e, no Oriente como essencialmente uma reprodução do processo brasileiro.

Se é inegável que a imagem de um Brasil harmônico formado por diferentes raças e culturas cantado em verso e em prosa por Gilberto Freyre foi apropriada pelo poder colonial português no sentido de garantir-lhe a permanência em territórios africanos, não é menos verdade que a formação de um país independente de língua portuguesa em territórios tropicais inspirou muitos dos líderes dos Movimentos de Libertação Nacionais. Desta forma, uma literatura autônoma da metropolitana, que daria conta das gentes e das paisagens do Brasil, inspirou não poucos poetas e romancistas africanos que, em primeira mão, liam, por exemplo, Jorge Amado, Graciliano Ramos e José Lins do Rego. Assim, entre as décadas de 1940 e 1960, uma certa imagem do Brasil penetra na África portuguesa à revelia do imobilismo luso-tropical: é um Brasil como utopia que alimenta os projetos emancipadores em Angola e Moçambique, na Guiné e em Cabo Verde; que alimenta a idéia de uma produção cultural africana autônoma, independente do lugar que lhes queria conferir o poder colonial.

AS INDEPENDÊNCIAS

Os historiadores têm atentado para o fato de que a compreensão mais exata da própria formação humana e física do Brasil se dá apenas no contexto imperial português, que criou um conjunto de trocas materiais e simbólicas e cuja base foi dada pelo trato negreiro. Radicalizando essa idéia, o historiador Luiz Felipe de Alencastro nos mostrou que a própria noção de “território” deve ser repensada para o entendimento deste período formativo da história nacional. Pois, se o tráfico africano relaciona-se às engrenagens do sistema mercantilista – a necessidade de acumulação na metropolitana determina a extraterritorialidade da oferta de mão-de-obra –, a pré-história da nação brasileira, e dos próprios novos países africanos, está indissoluvelmente imbricada na específica territorialidade do império português. Isto é, das relações constitutivas do mundo sul-atlântico no alvorecer do capitalismo moderno.

País onde a escravidão tardava, o Brasil nascia em 1822 como um amplo espaço onde interesses conflitantes mal coabitavam, e cuja unidade seria garantida e construída pelas instituições geradas no seio mesmo da monarquia dos Braganças. Apesar de algumas das heranças coloniais concorrerem para a unidade da nação, podemos dizer que ela foi uma conquista do império brasileiro independente. Associados a ele, militares, homens da Igreja, funcionários públicos, toda a sorte de fazendeiros e homens de negócios contribuíram para levar a cabo a tarefa da centralização. O império era a única instituição capaz de fazer o duplo jogo necessário ao reconhecimento diplomático internacional e à manutenção do tráfico encoberto de escravos, fazendo-o à custa (e em benefício) dos interesses regionais e particu-

Ao avesso do processo brasileiro, que foi conduzido por uma elite cujas origens estão na própria metrópole e que não tinha qualquer interesse em subverter a ordem social e econômica vigentes, as elites africanas são quase exclusivamente nativas e engajadas em uma dinâmica radical de transformações

lares das províncias. Deste modo, o processo de interiorização da metrópole, iniciado com a vinda da corte portuguesa em 1808, orientava as classes dominantes para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para o projeto de constituir uma nação civilizada e européia. Herdeiros do funcionalismo ilustrado do império português, a elite burocrática local organizava-se, agora, em torno de um projeto nacional hegemônico.

No caso do Brasil, se o processo de interiorização da metrópole deu-se na primeira metade do XIX, por meio da reprodução/invenção de um “ramo” da monarquia lusa, foi o próprio âmago do poder imperial e da administração portuguesa que se inseriu de forma peculiar no espaço do mundo colonial. Porém, tal processo deu-se em África em sentido contrário. Se foi contra o regime colonial, em forte ruptura com a metrópole, no contexto das guerras coloniais, que os novos países africanos se formaram, foi ao mesmo tempo, contudo, que o processo subordinou-se aos quadros simbólicos e culturais do império: “tratava-se de vencer o colonizador para, afinal, legitimar o que era uma invenção sua”, nas palavras de Rita de Cássia. Os termos



presentes na gênese destas nações africanas, posto que lhe garantiram a manutenção da unidade nacional procurada, afirmavam-se, paradoxalmente, num "senso de resistência, presente na história secular dos povos que ali viviam na chegada do colonizador".

PROJETO POLÍTICO-LITERÁRIO

De maneira geral, além da ameaça de coerção, um Estado nascente define-se por mecanismos disciplinares positivos, situados, no caso, no nível da constituição de uma cultura nacional. No Brasil, segundo o esquema clássico de Antônio Cândido, o esforço de criar uma literatura independente, associava-se desta maneira à noção da atividade intelectual como tarefa patriótica de construção nacional. Na África, de forma similar, as elites nativistas recrutaram suas lideranças por entre as camadas letreadas. Tal como aqui, a experiência estética tinha assim uma dimensão política, com-

promissada com a história nacional. Formados de grupos étnicos diversos, em um território onde conviviam as mais díspares situações econômicas e sociais, os novos Estados africanos deviam sua integridade, e portanto o seu futuro, à consolidação de uma identidade nacional ainda incipiente. Paradoxalmente, é a língua do colonizador que servirá de elemento aglutinante das diversidades locais.

Como mostrou Rita de Cássia, *lá, talvez tanto quanto aqui, o projeto literário procurou definir-se como ato de suplência, chamando para si a missão de conferir unidade a um mundo cortado por fendas de todas as ordens*. Mas em África, essas elites letreadas tinham a experiência brasileira como horizonte, daí que sua produção tivesse nossa literatura como principal interlocutora, e especialmente, as obras do regionalismo e do modernismo, na sua vertente mais engajada. Por outro lado, o pensamento social que presi-

dira a tomada de consciência da situação colonial e as propostas de construção de uma sociedade livre no contexto do capitalismo mundial, eram em grande parte tributárias do esforço refletido dos intelectuais brasileiros. O Brasil fez-se presente não apenas como horizonte do possível, como alimentou a experiência estética e instrumentalizou a elite nativista africana, preparando-a para a tarefa de construção nacional.

Ao avesso do processo brasileiro, que foi conduzido habilmente por uma elite cujas origens estão na própria metrópole e que não tinha qualquer interesse em subverter ou mesmo reformar a ordem social e econômica vigentes, as elites africanas são quase exclusivamente nativas e, desde o início, engajadas em uma dinâmica radical de transformações.

Acreditamos, então, que o correto entendimento destes problemas deve obrigatoriamente levar em conta o impacto que o Brasil teve e tem na própria formação destes Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – pois ambos os processos formativos dizem respeito aos ecos de um Império que já não existe, mas que reaparecem em contextos distintos que nos interessa recuperar aqui. Nosso objetivo é o de *entender a presença histórica do Brasil em África*, seja em termos simbólicos, como horizontes do imaginário que orientaram o nascimento do nacionalismo africano, seja em termos culturais (e.g., o caso da presença da literatura brasileira, notadamente, na formação das elites nativistas), seja mesmo no âmbito das relações comerciais e mesmo empresariais (que tomavam os Palops como mercados a serem conquistados ou protegidos), seja da diplomacia, com a implementação de políticas preferenciais até a ações cooperativas, levadas a termo pelo Esta-

A partir de meados da década de 1970, países africanos de língua oficial portuguesa transformaram-se, assim, num símbolo para determinados sujeitos comprometidos com a constante construção democrática no Brasil

do brasileiro ou por ONGs e voluntários isolados. Neste particular, em razão da opção pelo socialismo dos regimes pós-coloniais, a questão mostrase especialmente interessante, na medida em que vários dos cooperantes brasileiros, para o período de 1975 a 1985, não apenas eram agentes solidários com a luta de resistência ao colonialismo, como engajados na resistência ao regime autoritário local ou ainda em busca de horizontes possíveis de atuação. Em todos os casos, podemos dizer de maneira geral que esses cooperantes partiam de um princípio de identificação, que os fazia procurar o Brasil na África.

UM JOGO DE APARELHOS

A contrapartida necessária diz respeito ao alento das independências de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau para o incipiente movimento negro brasileiro. Em meados da década de 1970, momento em que estes países alcançaram a independência política após uma guerra de libertação, o Brasil vivia sob um período autoritário responsável por aprofundar uma concentração de renda estrutural na nossa formação e por procurar sufocar qualquer tipo de lampejo emancipatório. No que diz respeito aos afrodescendentes, a ideologia oficial do regime negava qualquer tipo de discriminação,

afirmando a cordialidade existente entre brancos, índios e negros como a marca da nossa identidade nacional. E mais: se apropriava das manifestações culturais de origem afra no sentido de afirmar a “democracia racial” social existente – que, no limite, prescindiria da democracia política.

O fato de movimentos africanos pegarem em armas e expulsarem o colonizador (português) teve efeitos inusitados num Brasil que queria repensar a sua realidade social marcada, como sabemos, por uma profunda desigualdade entre brancos e negros. E o movimento negro, ou os movimentos negros, voltaram a dinamizar esse diálogo inusitado existente entre a África e o Brasil, mas agora num outro sentido: a África como utopia política numa luta constante pela cidadania.

A partir de meados da década de 1970, tornou-se usual encontrar nas sedes dos diferentes movimentos negros, nos centros culturais que procuram promover e dignificar as manifestações culturais de origem africana entre nós, e mesmo nos templos religiosos afro-brasileiros, bandeiras da República Popular de Angola, como que a lembrar os ventos emancipatórios que vêm do outro lado do Atlântico. Os países africanos de língua oficial portuguesa transformaram-se, assim, num símbolo para determinados sujeitos comprometidos com a constante construção democrática no Brasil.

■ ■ ■

É evidente que as lutas africanas tiveram uma influência decisiva nos rumos dos afrodescendentes da diáspora, assim como a própria concepção de ‘África’ construída no Novo Mundo teve efeitos decisivos em movimentos como a negritude, de grande importância na afirmação do nacionalismo afri-

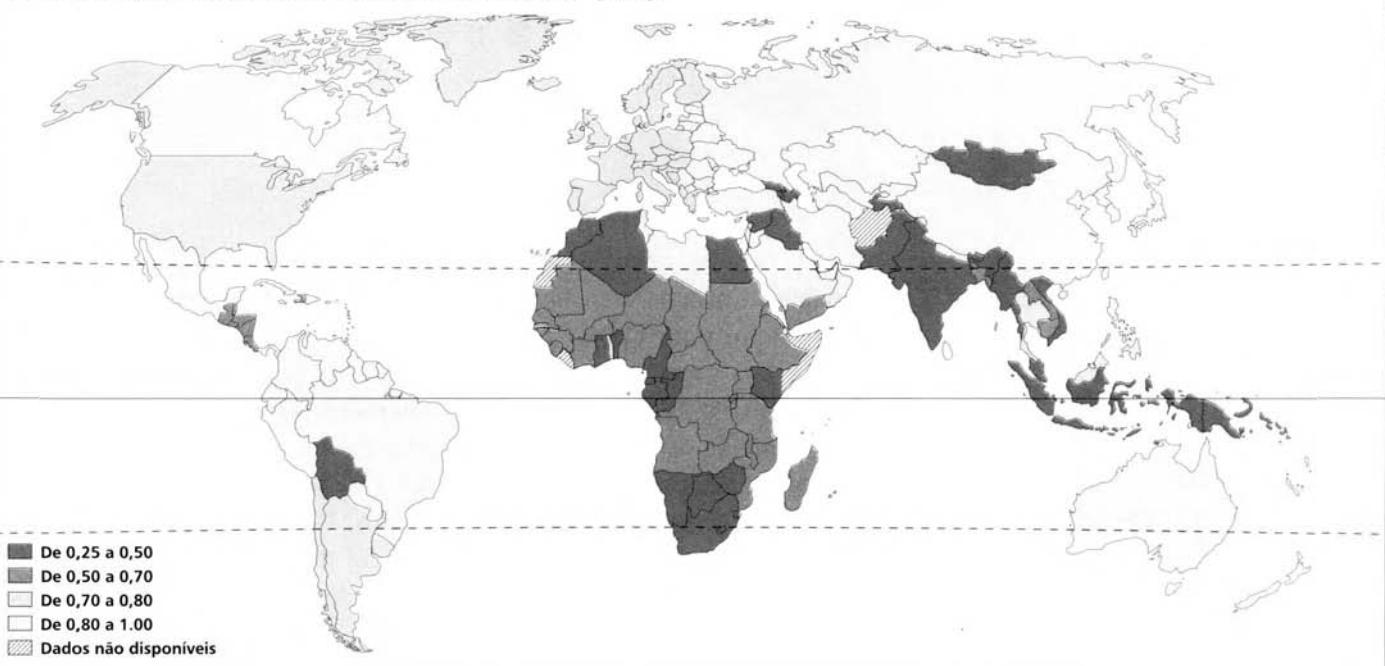
cano. Estamos lidando com um universo onde cultura e política ganham sentido único num contexto de fluxos materiais, sociais e simbólicos de caráter mundial.

Parece-me, contudo, importante pensarmos este tipo de movimento no caso específico das relações existentes entre o Brasil e os Palops, quer pela particular relação existente entre o território brasileiro e distintos espaços coloniais africanos – em especial Angola e Moçambique –, quer pelo lugar que no caso brasileiro ocuparam as ‘manifestações culturais’ de origem africana na consolidação de uma ‘cultura nacional’, processo que não tem paralelo em um país como os Estados Unidos, por exemplo. Ou ainda, como esperamos ter deixado claro, pelo lugar ocupado pela própria produção cultural ‘genuinamente brasileira’ no nacionalismo angolano, moçambicano ou cabo-verdiano.

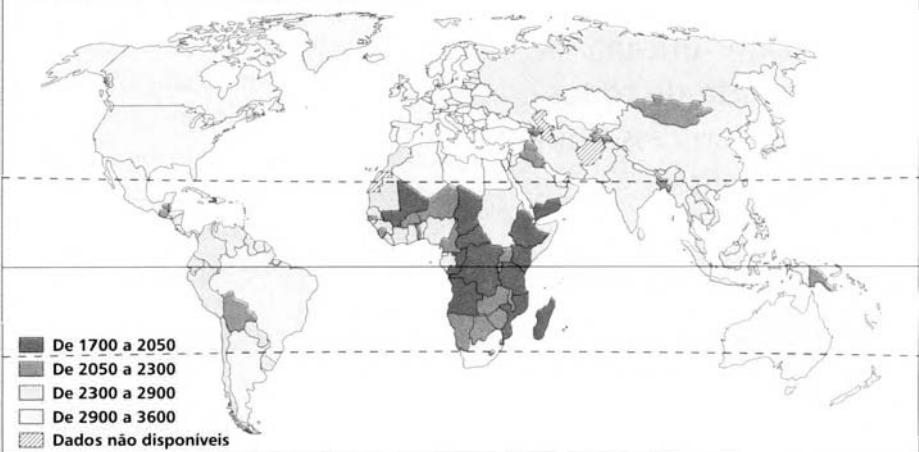
À revelia dos Estados ou impérios, uma certa produção cultural autônoma teve um efeito profundo em projetos políticos, e projetos políticos que viviam uma sorte de emancipação ante uma ordem injusta tiveram impacto inusitado na produção cultural e no constante processo de construção e consolidação democrática. Escutar uma música de Chico Buarque à beira do Índico em Moçambique, ou encontrar uma bandeira do Movimento Popular para a Libertação de Angola numa pequena sede do movimento negro do interior da Bahia são fatos que se encontram inseridos no interior de um sistema que em muito extrapola a consciência dos sujeitos, mas que nos trazem, sempre, promessas de utopia.

Omar Ribeiro Thomaz, pesquisador, editor de *Novos Estudos Cebrap*.

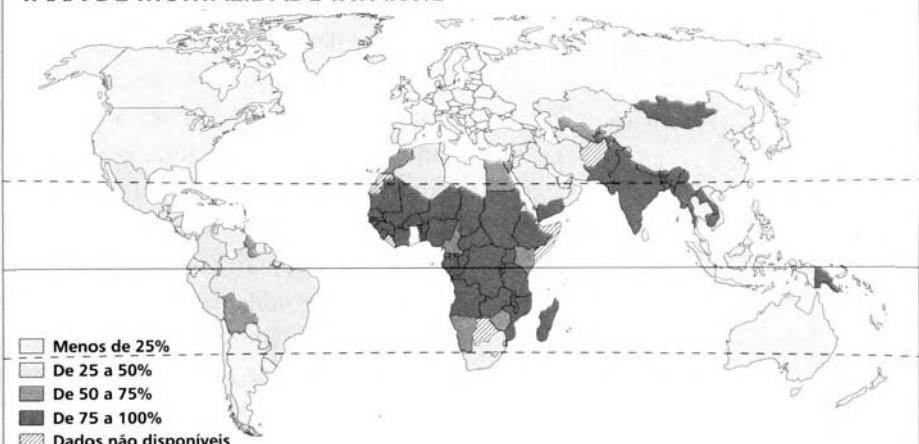
INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)



INGESTÃO DIÁRIA DE CALORIAS



TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



<http://www.en.monde-diplomatique.fr/maps/>

Dilemas da integração

Pio Penna Filho

As tentativas realizadas, à custa de muitas lutas, para se integrarem, de fato independentes, os países do sul da África, vão aqui delineadas numa análise sábia e realista. Um PIB de US\$127 bilhões de um só país defronta-se com o de US\$ 176 bilhões de todos os doze países parceiros da Comunidade Africana. A independência de todos ainda é um processo que enfrenta imensas desvantagens

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), foi instituída em 1992, quando doze países da África Austral, reunidos em Windhoek (Namíbia), assinaram o ato de criação. Na verdade, a SADC significa o coroamento de uma iniciativa anterior: a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que compreendia nove países da região.

A iniciativa da formação de um bloco regional na África Austral esteve intimamente relacionada com fatores específicos vinculados à questão da República da África do Sul que adotou, até há bem pouco tempo, política baseada no *apartheid* e que significava ameaça real aos Estados africanos, especialmente os mais próximos geograficamente.

A história recente da África Austral é, com efeito, dramática. Alguns Estados daquela área, como Angola e Moçambique, lograram alcançar a independência num processo tardio e violento (1975) e, muito embora tenham se desvinculado da antiga metrópole, os conflitos internos continuaram: em Moçambique até o final dos anos 1980 e, em Angola, até hoje. A história da independência do Zimbábue e da ascensão política dos negros, também atravessou uma fase conturbada e violenta, com dois importantes grupos (União Nacional Africana do Zimbábue – Zanu, e União Africana do Povo do Zimbábue – Zapu) lutando contra o governo de minoria

branca de Ian Smith e pela promoção de um governo genuinamente negro, o que só foi conseguido em 1980 com a vitória parlamentar de Robert Mugabe (Zanu), mas, mesmo assim, os conflitos internos continuaram até, pelo menos, 1985. Na Namíbia, a história não foi diferente: a Organização dos Povos do Sudoeste da África (Swapo) travou longa luta contra a dominação sul-africana, que desde o final da Primeira Guerra Mundial ocupava o território em substituição ao poder colonial alemão, desalojado de suas colônias africanas após a derrota naquela guerra. A paz só foi estabelecida na Namíbia em 1990, com a independência.

O cenário da África Austral foi, portanto, marcado por grande instabilidade durante pelo menos trinta anos, de 1960 ao final dos anos 1980. Esse período coincide com a Guerra Fria e certamente as ingerências da bipolaridade exerceram influência nos rumos políticos da região. Mas o fator mais importante de desestabilização regional certamente se encontrava na própria África Austral. Sem embargo, a República da África do Sul, sob governo de minoria branca, foi o principal instigador e financiador dos conflitos internos existentes nos países vizinhos, como Moçambique, Angola e Zimbábue. Os sul-africanos brancos sentiam-se cada vez mais cercados por Estados governados pelos próprios africanos que haviam feito a opção pelo alinhamento com o bloco

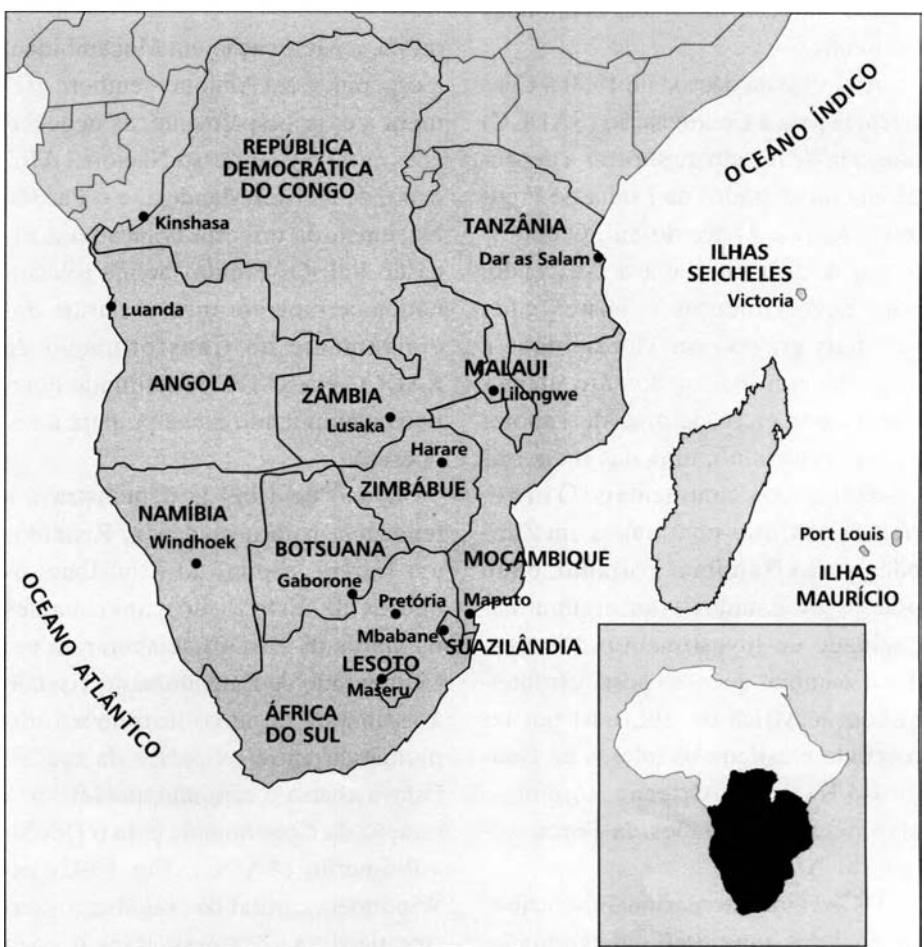
no sul da África

socialista – na verdade as circunstâncias hostis os empurraram nessa direção. A maneira encontrada pela África do Sul foi, então, no sentido de promover a desestabilização desses países, praticamente inviabilizando os novos governos. Forneceu armas, promoveu incursões aéreas militares e atos de sabotagem no território moçambicano, e deu suporte financeiro, por exemplo, ao movimento guerrilheiro Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), e à União Nacional para Independência Total de Angola (Unita), de Jonas Savimbi. Em Angola houve, até, envolvimento direto no conflito, com envio de tropas durante os anos 1970 e 1980. Na Namíbia, era a África do Sul a própria expressão da dominação. Dessa forma, as intermináveis guerras internas colocavam em xeque as economias nacionais dos países recém-independentes.

Uma das medidas tomadas pelos países da África Austral para fazer frente às incursões cada vez mais freqüentes da “estratégia total” sul-africana, foi a criação da Conferência preparatória (SADCC). Em abril de 1980, os Estados da Linha de Frente (Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), assim denominados justamente por serem os mais próximos à África do Sul e mais sofrerem com esses atos de agressão, assinaram a Declaração de Lusaka, que instituía o bloco regional.

Constava na Declaração, como principais objetivos do grupo, maior

PAÍSES QUE INTEGRAM A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)



autonomia ante a África do Sul, liberação econômica e desenvolvimento integrado das economias nacionais. O programa de ação concretizava-se a partir da premissa de que era imprescindível aos Estados africanos próximos à África do Sul a união de suas forças para superar o quadro histórico

de dependência com relação à economia mais forte do continente. Dessa maneira, buscaram os Estados fundadores da SADCC a cooperação em várias áreas econômicas, como agricultura, alimentação, indústria, energia, comércio, turismo, mineração e recursos humanos. Havia, ainda, a

compreensão de que o ponto mais importante, e que refletia o maior grau de dependência, encontrava-se especificamente nos setores de transportes e comunicações, daí a prioridade concedida a estas áreas, o que exigiria, para o seu sucesso, um enorme esforço conjugado por parte das fracas economias nacionais.

Ao longo da década de 1980 a Conferência para a Coordenação (SADCC) pouco pôde fazer para superar a dependência dos Estados da Linha de Frente *vis-à-vis* a África do Sul. O conflito em Angola continuava crescendo, com envolvimentos externos cada vez mais graves; em Moçambique a Renamo continuava atuante, derrubando, por meio de atos de sabotagem e terrorismo, uma das mais fracas economias continentais. O histórico de conflitos continuava em Zimbábue e na Namíbia. Portanto, eram poucos os Estados com alguma capacidade de investimento. Até mesmo a Zâmbia, que não possui fronteira com a África do Sul, mas por ter recebido e isolado os líderes do Congresso Nacional Africano, tornou-se alvo para as incursões da Força Aérea Sul-Africana.

Os eventos internacionais ocorridos no final dos anos 1980 indicaram claramente a impossibilidade de a África do Sul manter por muito mais tempo a segregação racial interna e a pressão sobre os países vizinhos. A queda do muro de Berlim, o colapso do bloco soviético e a nova fase de globalização econômica mundial forçaram mudanças substanciais no subcontinente africano. O início da década de 1990 presenciou a independência da Na-

Os sul-africanos brancos sentiam-se cada vez mais cercados por Estados governados pelos próprios africanos que haviam feito a opção pelo alinhamento com o bloco socialista – na verdade as circunstâncias hostis os empurraram nessa direção

míbia, a pacificação em Moçambique, a esperança em Angola – embora efêmera – e, principalmente, as negociações entre o Congresso Nacional Africano, de Nélson Mandela, e o Partido Nacional, da minoria branca na África do Sul. Os eventos acima relacionados certamente influenciaram decisivamente na transformação da SADCC em SADC, redefinindo objetivos e ampliando o campo para a cooperação.

O ano de 1989 já demonstrava a tendência para a mudança. Reunidos em Harare, capital do Zimbábue, os chefes de Estado dos nove países membros da SADCC elaboraram um Memorando de Entendimento visando à assinatura de novo instrumento diplomático entre os países da região. Estava aberto o caminho que levaria à criação da Comunidade para o Desenvolvimento (SADC). Em 1992, em Windhoek, capital da Namíbia, os países participantes assinaram o novo Tratado, cujos princípios básicos que devem nortear a integração são os seguintes:

- Soberania e igualdade entre os Estados-Membros;
- Solidariedade, paz e segurança;
- Direitos humanos, democracia e observância da lei;
- Equidade, equilíbrio e benefício mútuo.

No que tange aos assuntos econômicos, os princípios da SADC pregam muito mais a cooperação entre os Estados-Membros do que, por exemplo, a criação do Mercado Comum ou da União Aduaneira. É verdade, no entanto, que os países da região almejam a formação de uma zona de livre comércio com o objetivo de estimular o incremento comercial intrabloco. A Zona de Livre Comércio, conforme estava prevista pelo Protocolo de Comércio de 1996, assinado por todos os membros da SADC, na melhor das hipóteses entrará em vigor em 2004. A expectativa é de que, com o incremento do livre comércio, o bloco amplie sua capacidade de atrair investimentos externos e haja de fato maior integração entre as economias nacionais.

Na verdade, os países da África Austral possuem realidades econômicas e sociais bastante diversas e heterogêneas. Além do mais, há uma nítida diferença entre a estrutura econômica sul-africana e a dos demais países. Enquanto o PIB da África do Sul, por exemplo, situa-se em torno de 127 bilhões de dólares, o total dos países da SADC, incluindo a própria África do Sul, chega a quase 176 bilhões de dólares. Estes números demonstram, naturalmente, a folgada posição sul-africana perante seus parceiros na Comunidade, o que causa sempre certo

temor de absorção ou aprofundamento da dependência econômica dos menos desenvolvidos pelo mais desenvolvido.

Uma das estratégias adotadas pelos países menos desenvolvidos para contornar tal temor foi a estruturação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) num esquema em que cada país se responsabiliza por determinada coordenação setorial, como transportes, recursos hídricos, telecomunicações, etc. No entanto, se por um lado essa característica aparentemente lhes garante a sensação de igualdade no trato dos assuntos comunitários, por outro, ajudou a 'burocratizar' a Comunidade, tornando mais lento o processo decisório e dificultando a dinamização das atividades.

No plano político é que se localizam os problemas mais graves para a integração regional. O recente conflito na República Democrática do Congo colocou os Estados da região diante de um grave dilema. Quando os rebeldes do Congo, liderados por Laurent Kabila, derrubaram o ditador Mobuto Sese Seko e encontraram forte resistência por parte de etnias regionais para estabelecer o governo nacional, isto levou a uma escalada militar comprometedora na África Central, mas com grande impacto na região austral do continente, sobretudo porque o conflito no ex-Zaire extrapolou o plano das fronteiras internas. De um lado, Angola, Namíbia e Zimbábue enviaram tropas para auxiliar o governo de Kabila; de outro, Ruanda e Uganda são os principais envolvidos com os rebeldes, concedendo-lhes suporte bélico e territorial para

Enquanto o PIB da África do Sul, por exemplo, situa-se em torno de 127 bilhões de dólares, o total dos países da SADC, incluindo a própria África do Sul, chega a quase 176 bilhões de dólares

as incursões contra as tropas governamentais, além de engajarem tropas regulares nos combates. Ademais, a conjuntura política no Congo colocou em lados opostos os governos do Congo, Angola, Zâmbia e Zimbábue e o governo do Congresso Nacional Africano, sob a presidência de Mandela, o qual foi publicamente acusado de omissão, favorecimento aos rebeldes e desejo de exercer hegemonia regional.

Em termos políticos, portanto, a imagem da Comunidade (SADC), se não é a de uma comunidade totalmente fragmentada e dividida, é a de um agrupamento de países extremamente dependentes de recursos externos e de frágil consenso interno. Ao mesmo tempo em que se intenta o aprofundamento da integração econômica regional, os fatores políticos indicam rumo contrário, com quadro de instabilidade e possibilidade de fragmentação territorial em alguns países, como em Angola – onde nem o governo, nem a Unita, demonstram capacidade para vencer, e todas as tentativas de paz foram frustradas – e também na República Democrática do Congo que apresenta conjuntura de conflito generalizada. Mesmo Moçambique, um país que conseguiu conquistar com relativa tranquilidade seu processo de paz e transição para o regime democrático, não está totalmente seguro quanto

ao seu futuro político, haja vista, por exemplo, a recusa do líder da Renamo – transformada em partido político legal – em aceitar os resultados das últimas eleições, que deram a vitória novamente a Joaquim Chissano, do partido Frelimo. Afonso Dhlakama, o líder e candidato da Renamo, quando transcorrido mais de um ano das eleições, ameaçou voltar à luta armada para fazer valer a voz de seu partido. Embora ninguém leve a sério tais ameaças, a mera existência delas demonstra como o processo de paz e consolidação da democracia ainda não foi plenamente alcançado.

Ainda com relação aos aspectos especificamente econômicos da integração regional, há que se destacar que existem muitas questões que colocam em estado de desconfiança a real capacidade e interesse entre os países-membros para a criação da zona de livre comércio. Um exemplo concreto nesse sentido está ligado aos acordos assinados entre a África do Sul e a União Européia para a constituição de laços de comércio privilegiados entre ambos. Ninguém afirmaria com certeza, nos dias atuais, se a África do Sul realmente estaria de acordo em comprometer o seu comércio externo exclusivamente com os destinos da SADC. ■

Pio Penna Filho, doutor em História das Relações Internacionais, professor da UFMT.

Conferência mundial contra o racismo

José Gonçalves

Entre Durban (a Conferência) e Nova York (as torres gêmeas) situam-se estas considerações. Atitudes em relação ao passado escravista, compensatórias ou de desculpa; se sionismo é racismo; e outras divisões; levam o Autor a esta conclusão: "não é possível a curto prazo uma estratégia mundial contra o racismo, a xenofobia e a intolerância"

Este artigo foi elaborado no calor do período entre o fim da Conferência Mundial contra o Racismo (CMCR), a xenofobia e a intolerância, dia 2 de setembro e os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos, e representa, portanto, uma primeira visão do evento, suas expectativas e perspectivas. Mas apesar disso e de alguma emotividade, este texto decorre também de um longo envolvimento nos problemas abordados e de pesquisa na busca de vias de sua – pelo menos – diminuição.

Não participei nos debates no centro da Conferência em Durban, fiquei na periferia, em Cape Town, acompanhando pela boa cobertura da mídia sul-africana, participando de múltiplas trocas de opinião sobre os vários temas e avaliando repercussões. Isto se prolongou depois em Angola nos dias seguintes e acrecentei busca na Internet com colegas do Brasil e de Portugal, dois países com sérios problemas históricos e atuais nestes assuntos.

NENHUMA INOVAÇÃO

A Conferência, vítima das divisões e pressões da política internacional, não produziu nenhuma inovação quanto à forma de enfrentar os vários tipos de discriminação. As interferências dessa mesma política internacional fazem de qualquer conferência da ONU um prolongamento da Assembléia Geral, com grandes declarações de princípios e enormes obstáculos para configurar esquemas práticos de atuação. Foi assim na Eco-92, na Conferência Social

de Copenhague, que hoje quase nem são referência.

Esta Conferência ficou no plano de afirmações gerais e, sua principal organizadora, a comissária da ONU para os direitos humanos, Mary Robinson, disse que a Conferência tinha abordado os problemas sem dar respostas.

Apesar disso, foi um acontecimento com 14.000 participantes, divididos em governamentais e não-governamentais, manifestações de rua, choques de diplomacias e impacto na mídia mundial.

É importante focar alguns aspectos abordados do ponto de vista das ciências sociais e dos movimentos sociais para determinar o alcance real de encontros deste tipo.

RACISMO, XENOFobia, INTOLERÂNCIA E PODER

Os temas agendados na Conferência mundial revelam um conjunto de atitudes políticas e sociais que sempre estiveram presentes na História da Humanidade, oscilando de intensidade consoante:

- a existência ou não de crises;
- os avanços ou recuos dos autoritarismos e dos fundamentalismos;
- nível de educação dos grupos em contato direto, sobretudo quando se trata de grandes números demográficos.

O racismo, a xenofobia e a intolerância são três vertentes da procura ou exercício do poder – do plano local ao global – pela via da limitação dos direitos humanos, com base em pretextos biológicos ou culturais.



Acima, a ministra sul-africana de Relações Exteriores, Nkosozana Zuma e a Alta comissária de Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson

Kofi Annan, Secretário-geral da ONU cumprimenta a ministra Zuma, observado pelo presidente da África do Sul, Thabo Mbeki (à esquerda)

Outra prática corrente no mundo atual consiste em aplicar os grandes princípios dos direitos humanos de forma seletiva e, portanto, excluente. A vários países e camadas sociais esses direitos são largamente garantidos, mas negados a outros.

Ao mesmo tempo, estratos sociais que conquistaram elevado nível de vida negam oportunidades e solidariedade a parcelas historicamente penalizadas e, com freqüência, esta oposição tem configuração racial ou étnica. Esta vertente do problema não existe só no Hemisfério Norte mas também – e com muita intensidade – no Sul. Desde logo, estes fatos revelam a centralidade dos direitos humanos.

AINDA O APARTHEID

A escolha da África do Sul para sediar a Conferência decorreu do caráter simbólico universal da luta contra o *apartheid* e das opções democráticas no novo regime sul-africano. Além disso, a África do Sul possui uma ativa e vigilante sociedade civil que repercute um bloco de interesses às vezes diver-

Mary Robinson disse que a Conferência tinha abordado os problemas sem dar respostas. Apesar disso, foi um acontecimento com 14.000 participantes, divididos em governamentais e não-governamentais, manifestações de rua, choques de diplomacias e impacto na mídia mundial

gentes mas em que – pelo menos até aqui – se procura harmonização.

Esta escolha, porém, não impediu que os grandes interesses mundiais e suas visões usassem a Conferência como plataforma de propaganda ou de afirmação. Isto surgiu desde a fase preparatória em Genebra e o agravamento da situação israelo-palestina foi acentuando a dificuldade de estabelecimento de um denominador comum mundial sobre os temas em título da Conferência. Os dois lados – e seus aliados – sentiram que as resoluções

da CMCR podiam reforçar ou enfraquecer suas posições na negociação sobre o conflito.

O problema das implicações mundiais do período da escravatura também teve essa leitura, pelo menos em parte: os países africanos procurando garantir melhor aceitação da Iniciativa Nova África (INA) e os europeus procurando evitar pedidos de desculpas que criassem um precedente perigoso para eles.

A INA é um bloco de propostas que visa a modernização africana e que sintetiza documentos antes divulgados pelos governos sul-africano e sênegalês. A iniciativa foi oficialmente apresentada ao Grupo dos Oito (G-8) na reunião de Gênova.

No seio dos países africanos presentes à Conferência apareceram inicialmente duas posições. Os que defendiam o direito a compensações financeiras a serem pagas pelos Estados que praticaram escravatura transatlântica e os que, preocupados em evitar a imagem de negócio com a memória histórica, propunham uma fórmula de apoio reforçado à INA. Prevaleceu esta posição.

Na Europa também se notaram duas posições principais: a dos países que não fizeram escravos, favoráveis ao pedido de desculpas históricas; e a dos que, tendo passado histórico que inclui escravatura, se recusavam a isso. Prevaleceu esta posição.

ESCRAVOCRATAS DO PASSADO E DO PRESENTE

Do ponto de vista dos movimentos sociais africanos, o pedido de desculpas tinha sentido como restabelecimento da dignidade histórica do continente e também por facilitar posteriores reivindicações de pedidos de desculpas por dirigentes africanos responsáveis por opressão ou mesmo massa-

O racismo, a xenofobia e a intolerância são três vertentes da procura ou do exercício do poder – do plano local ao global – pela via da limitação dos direitos humanos, com base em pretextos biológicos ou culturais

cres genocidas contra seus povos. Alguns desses dirigentes, aliás, têm relação histórica com antigas lideranças locais que colaboraram na captura e venda de escravos.

A fórmula encontrada ficou a meio caminho das posições dos dois lados, mas ao reconhecer a escravatura como crime contra a Humanidade, ela explica parte dos motivos que conduziram ao subdesenvolvimento.

A declaração afirmativa foi também implicitamente reconhecida sobretudo em relação aos descendentes de africanos nas Américas, no mercado de trabalho, educação e representação política. Esta fórmula é essencial para evitar a perpetuação do contexto atual, devendo ser transitória para não se perpetuar também uma nova situação reprodutora de privilégios para uma nova elite.

A incidência prática das resoluções de Durban sobre a INA – ou qualquer outra proposta de desenvolvimento democrático – vai depender do relacionamento de África com os países do Norte e, uma vez mais, do clima internacional imediato. Mas também dependerá da capacidade interna africana em lidar com a pluralidade cultural do continente (que é o mais diversificado do mundo) e com a criação de instituições representativas e estimulantes.

Na América Latina e Caribe, o problema equaciona-se nos mesmos termos, começando desde logo pelo re-

conhecimento de que a questão racial existe e deve ter tratamento explícito, qualquer que seja o quadro político e social vigente, porque a experiência histórica demonstrou a sobrevivência de racismo em todos eles.

CONJUNTURA MUNDIAL ENVENENADA

A questão do Oriente Médio foi de compromisso ainda mais difícil. Dificuldade proporcional ao que se passa na região e que se agravou pouco depois do encerramento dos trabalhos em Durban. As delegações árabes pretendiam a condenação do sionismo como ideologia racista e de Israel como Estado de *apartheid*. A adoção de semelhante posição modificaria as bases do reconhecimento internacional do Estado hebreu e os termos das negociações.

Os Estados Unidos abandonaram a reunião dizendo que tinha sido “pirateada” pelo radicalismo árabe. Os países europeus ameaçaram com idêntica atitude e, para evitar a derrapagem total da Conferência, a África do Sul propôs uma forma conciliatória em que apenas se reconhecia o sofrimento dos palestinos e seu direito à autodeterminação.

A questão do sionismo como ideologia racista requer, sem dúvida, mais aprofundamento analítico – tal como diversas outras formas de nacionalismo – enquanto que a classificação de Israel como de regime *apartheid* é claramente exagerada ou revela ignorância sobre o funcionamento do que foi a separação e a dominação racial na África do Sul. As opressões ou ocupações não são todas equivalentes a *apartheid*. Mas reconhecer que os palestinos são oprimidos e não designar o opressor, corresponde a outra concessão maior à diplomacia.

As ONGs apoiaram em maioria a

proposta árabe mas entre a minoria que discordou se encontravam dois importantes movimentos mundiais de direitos humanos que têm condenado as violações cometidas pelos sucessivos governos de Tel-Aviv.

O tom das discussões sobre estes temas foi dos mais passionais e dez dias depois do encerramento da Conferência – com a qual ninguém estava satisfeito – vimos até que ponto eles envenenam a conjuntura mundial e ainda veremos mais... Fica a dúvida sobre se Durban teve ou não algum peso na escolha da data para os ataques terroristas nos Estados Unidos.

A CURTO PRAZO POUCO A ESPERAR

Estes dois grandes temas quase fizeram esquecer outras questões, como os direitos dos povos indígenas e das minorias ou os recentes avanços da xenofobia e da intolerância. Numerosas delegações, tanto do Norte como do Sul, coincidiram em não tocar muito nesses temas para que seus países não ficassem em posição criticável.

A forma como os trabalhos decorreram e terminaram parece revelar que não é possível a curto prazo uma estratégia mundial contra o racismo, a xenofobia e a intolerância, da mesma forma que não é realista acreditar numa imediata estratégia mundial para o desenvolvimento.

Mas há margem de atuação importante para governos e movimentos sociais de diversos países e a possibilidade de articulação em diversas regiões do globo com afinidades em torno dessas questões. África Austral, América Latina e Caribe aparecem como os três exemplos mais evidentes. ■

José Gonçalves, economista e doutorando do CPDA da UFRJ.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO NEGRA. BRASIL, REGIÕES METROPOLITANAS, 1998

Regiões Metropolitanas	População total (em 1.000 pessoas)	População negra (em 1.000 pessoas)	% sobre a população total da região
Belo Horizonte	3.954	2.048	51,8
Distrito Federal	1.691	1.078	63,7
Porto Alegre	3.491	412	11,8
Recife	3.210	2.054	64,0
Salvador	2.790	2.265	81,1
São Paulo	17.039	5.626	33,0
Total	32.175	14.483	43,7

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) TOTAL E DE RAÇA NEGRA. BRASIL, REGIÕES METROPOLITANAS, 1998

Regiões Metropolitanas	PEA total (em 1.000 pessoas)	PEA negra (em 1.000 pessoas)	% sobre a PEA da região
Belo Horizonte	1.871	975	52,1
Distrito Federal	859	554	64,4
Porto Alegre	1.640	193	11,7
Recife	1.418	906	63,9
Salvador	1.398	1.139	81,4
São Paulo	8.710	2.856	32,8
Total	15.896	6.623	41,7

TAXAS DE DESEMPREGO POR SEXO SEGUNDO RAÇA
BRASIL, REGIÕES METROPOLITANAS, 1998 (EM %)

Regiões Metropolitanas	Negros		Não-negros		Diferença entre as taxas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres negras e mulheres não-negras	Homens negros e homens não-negros
São Paulo	25,0	20,9	19,2	13,8	19,6%	51,4%
Salvador	27,6	24,0	20,3	15,2	36,0%	57,9%
Recife	26,3	20,5	22,6	16,2	16,4%	26,6%
Distrito Federal	22,4	18,9	21,0	14,2	6,7%	33,1%
Belo Horizonte	20,5	15,8	16,8	11,5	22,0%	37,4%
Porto Alegre	22,7	19,2	18,1	13,1	25,4%	46,6%

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS OCUPADOS POR SEXO SEGUNDO RAÇA
BRASIL, REGIÕES METROPOLITANAS, 1998 (EM REAIS DE DEZEMBRO DE 1998)

Regiões Metropolitanas	Negros			Não-negros		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
São Paulo	512	399	601	1.005	750	1.188
Salvador	403	297	498	859	647	1.051
Recife	363	272	427	619	462	739
Distrito Federal	765	614	898	1.122	923	1.306
Belo Horizonte	444	319	670	735	548	883
Porto Alegre	409	334	472	628	504	715

Fonte: Dieese/Seade e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: Dieese

Obs.: Raça negra: pretos e pardos; raça não-negra: brancos e amarelos

Sites consultados: Dieese: <http://www.dieese.org.br/esp/negro.html>.

Inspir – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial: <http://www.inspir.org.br/mapa1.htm>

A cor da pele e seus (dis)sabores

Ivone Gebara

Um jogo divertido-angustiado-sofrido com nomes-substantivos: mal/bem, antagônicos, acolitados por nomes-adjetivos parentes dos primeiros: mau/bom, feio/bonito, preto/branco, é o texto. O que angustia e faz sofrer é que são expressões introjetadas em nós, ou seja, o mal – este, sim – que fizeram de nós. Teologia e utopia

Há algo de errado no ser humano. Talvez um erro fatal na criação ou na evolução da própria vida. Há muito tempo nos havíamos dado conta de nossos limites e de nossas falhas. Já falamos até de ‘pecado original’ para explicar esta espécie de inclinação irresistível para fazer o mal, para ser criativas no mal. Já percebemos nossa divisão interior e exterior capaz de odiar partes de nós mesmas, capaz de destruir e construir e, de novo destruir e construir... Esta inclinação e a maneira como se efetiva nos acompanham de geração em geração... Mas, a cada dia nos surpreendemos mais conosco mesmas. A cara demoníaca do mal é uma farsa. O mal se disfarça em bem e é bonito, atraente, quase irresistível. O mal é rico e luminoso. O mal é inteligente e ignorante. O mal é razão e sem-razão. O mal toma nossas entranhas como coisa silenciosa e boa. É preparado no silêncio em meio a segredos e ares de inocência.

Desde sua gestação produz um certo prazer na medida em que se aposte que vai dar certo. E, o malfeito é um gozo. O malfeito é uma vitória, quase uma conquista individual com ou sem cúmplices. É o delírio orgástico das maquinações feitas nas alcovas, nos esconderijos pobres ou nos esconderijos sofisticados. Mesmo que depois os réus se confessem arrependidos, deram lágrimas em profusão, façam ouvir seus lamentos, falem de sua vítimas com tristeza, expliquem suas ra-

zões, a orgia do momento passado foi vivida, gozada, curtida...

Orgia do mal expressa em tanques de guerra, em coleções de armas, em marchas de fardados e condecorados...

Orgia do mal expressa em vingança, em retaliação, em cadáveres computados ou em mil e um outros comportamentos sem estatística precisa...

Orgia do mal apontando para os corpos morenos, corpos de mulheres ‘mulatas’, mulas atadas, a serviço do lazer do macho branco ou simplesmente do macho...

Orgia do mal seduzindo crianças, usando e abusando de seus corpos em troca de carícias ou de parcas moedas ‘reais’...

Orgia do mal na terra e no céu impondo um Deus branco e uma salvação branca... Criando demônios negros e anjos de extrema brancura... Criando uma paz branca, uma música branca, uma harpa branca a excluir os negros tamborins...

O mal, essa coisa ruim que fazemos, que nos destrói e mata é coisa de todo mundo. É de governos, de nações, de pessoas, de velhos e de crianças. O mal não tem idade... É em nós!

O mal é do tamanho de cada um ou de cada uma... Do tamanho de sua ganância e de sua vontade de poder... Do tamanho de seu coração e da pequenez de sua alma... Do tamanho de seu egoísmo e de seu orgulho... Nosso mal é a imagem e semelhança de quem somos como pessoa interagindo com outras.

O mal se disfarça em bem e é bonito, atraente, quase irresistível. O mal é rico e luminoso. O mal é inteligente e ignorante. O mal é razão sem razão.

O mal toma as nossas entradas como coisa silenciosa e boa. É preparado no silêncio em meio a segredos e ares de inocência

O mal é também o que fizeram de nós... É herança, é dote passado de geração em geração.

Meu bem e meu mal sou eu. Eu me projeto em você e torno-a meu bem e meu mal. Construo redomas ou prisões, armo infernos e paraísos... Te amo e te odeio... Eu não quero mais você. Eu odeio você... Posso torná-la meu mal. Posso torná-la um mal, posso tornar-me mal, perder-me sem saber mais quem sou...

O mal é público e é privado, é do coração e do corpo, é do homem e da mulher... É igual e é diferente, é maior e é menor, atrai e contagia, mistura-se a tudo e a todos. O mal é destruição, demência, sordidez, paixão avassaladora que mata de mil maneiras... O mal é convite para a ternura, para o bem, para a partilha, para restaurar a justiça... Ah! Incompreensível coração! Até quando nos confundirás com tuas afirmações e negações?

Antes do malfeito já existe o mal em pensamento... existe a vontade de possuir, de comandar, de mandar, de comer, de engolir, de beber, de reduzir o outro à minha vontade... Existe a vontade de suprimir, de ser louvado como deus, salvador da pátria ou chefe de gangue de narcotráfico...

Antes do mal é a tentação do mal, o prenúncio do mal, é o ódio e o amor de si alimentando sua criação...

Antes da tentação do mal é o reinado da injustiça, da desigualdade comandando as relações humanas...



Martha Braga

Orgia do mal se expressa em tanques de guerra, em coleções de armas, em marchas de fardados e condecorados... Orgia do mal se expressa em vingança, em retaliação, em cadáveres computados ou em mil e um outros comportamentos sem estatística precisa...

Antes do reinado da injustiça havia apenas o vasto mundo no qual habitava a possibilidade do humano...

No mal, enquanto se ‘fazendo’ ou ‘sendo’, vive-se quase o adormecimento da razão... É o instinto sem freios, é a fome sem limite, disposta a engolir o último bocado disponível diante de mim.

Mal? Males? Milhares de males, de maldades impossíveis de classificar... Há sempre mais um, mais uma espécie, mais uma especialidade que irrompe em nossa história. Somos de uma criatividade impressionante!

Entre tantos males há um difícil de entender. É o mal ligado às cores. Imaginem que nossa estupidez é tanta que classificamos as cores disponíveis em nosso mundo em boas, menos boas e ruins... Fazemos guerra à cor e às cores de que não gostamos! E por que não gostamos delas? Que razões escondidas, que racionalidades ou irracionalidades comandam nossos gostos, nossas emoções, nossos sentimentos? Por que construímos senzalas, guetos, bairros de negros? Por que num mundo de diferentes os diferenciamos ainda mais e os excluímos do direito à vida digna?

Que mal é esse ligado à cor da pele, colado de forma inseparável a meu próprio ser? Que mal é esse, pregado ao meu eu-negro, ao meu eu-carvão, ao meu eu-azeviche ou a outra cor considerada indigna? Colaram esse mal no meu eu? Nomearam um mal que não

me pertence, um mal do qual não sou responsável... Eu não vejo o mal que os outros vêem em mim... Só o vejo depois que me ensinaram a vê-lo. São outros os olhos que me vêem, que declaram meu mal, que apontam para minha cor má, para minha cor feia... São os outros olhos que me tornam objeto mau ou menos digno a seus olhos, que me tornam feia ou bonita, amável ou detestável... São seus olhos e seu preconceito que me diminuem e me fazem desejar ser a cor que não sou, ter os cabelos que não tenho, a cor de olhos que não são os meus... São esses outros olhos que me alienam de mim mesma, que me amedrontam e me fazem querer ser o que não sou. São esses olhos que reprovam minha cor, que reprovam minha originalidade, que falam de meu cabelo ruim e de minha alma branca.

Que *bem* é esse, bem “branco”, alvo, bonito... *Bem* colado à minha pele branca! Branca me sinto *boa*, longe do mal, longe da cor da escura noite, cor das trevas fantasiadas de preto, cor do terror. Que medo da noite, do escuro, da negra, do preto velho, do diabo negro, do boi da cara preta, do inferno... Que *bom* é o branco céu, a pele branquinha dos anjos, a cara branca e doce das fadas... Que *boa* é a paz, pomba branca, bandeira branca em meio aos campos encharcados de sangue. Que *bem* ser branca! Que *bom* clarear a pele, o cabelo, o jeito de ser... Que *bom* esconder-se na brancura do-

minante e perder raízes, culturas, histórias, muitas histórias de negras ternuras... Que estupidez criamos e impomos às cores?

Que divisões multiplicamos para servir à insana paixão da dominação?

Minha cor, meu bem e meu mal!

De meu bem nasce meu mal. De meu bem me oprimem e oprimi. De meu bem faço meu mal. De meu bem/mal proclamo a liberdade de simplesmente ser.

Sabores e dissabores de minha cor...

E agora José? E agora Maria? E agora Durban? E agora Brasil?

Da negritude nasce a denúncia da estupidez branca. Da brancura nasce a denúncia da própria cegueira. Da negritude vem o clamor pela dignidade expropriada. Da negritude um grito de justiça se faz ouvir. E outras cores em coro dizem: Amém.

O hoje não será mais como ontem. E o amanhã pode conter a promessa da comunhão das cores, de sua mistura necessária para a própria consistência da vida.

Será que poderemos vencer os dissabores que criamos?

Será que corrigiremos aquela ‘falha’ inicial da criação? Será que poderemos ao menos torná-la menos destrutiva?

Será que novos sabores, deliciosos sabores de convivência humana poderão ser nosso amanhã?

Mais uma vez nos resta “esperar contra toda esperança” e apostar sempre de novo nas forças de misericórdia e ternura que ainda vivem em nós.

■

Ivone Gebara, religiosa, teóloga e escritora.

Carta a um adolescente (sobre drogas)

Pode ficar tranquilo: eu não vou informá-lo sobre o perigo das drogas. Informações só são úteis quando um desejo as chama: quando o meu desejo é fazer uma viagem eu procuro as informações úteis num 'guia quatro-rodas'; se o que eu desejo é preparar um prato que não conheço, trato de encontrar as informações pertinentes num livro de receitas; quero falar com uma pessoa, não sei de cor o número do telefone, procuro o seu nome na lista telefônica. Assim são úteis as informações, como ferramentas para a realização de um desejo.

Mas as informações são totalmente inúteis para se modificar um desejo. O fumo pode produzir câncer, derrame cerebral, enfisema. O cigarro mata. Todo mundo sabe disso. As informações se encontram em todos os lugares – até nos maços de cigarros. Mas nem a informação científica sobre a possibilidade de morrer antes da hora altera o hábito dos fumantes. Programas de educação sobre os perigos das drogas baseados em informações são uma perda de tempo e dinheiro. Informações científicas não alteram o comportamento. Se assim fosse nenhum médico fumaria.

Não tenho dados estatísticos. Mas eu gostaria que se fizesse um estudo comparativo sobre os estragos que o fumo faz e os estragos que as drogas fazem. Os estragos que as drogas fazem são mais dramáticos. Dão até filme. Já os estragos do cigarro são vagarosos, levam tempo. Diferenças de estratégia: as drogas cobram à vista, os cigarros cobram a prazo. Mas todos têm de pagar. Sob um ponto de vista bioquímico o cigarro também é uma droga. Quem fuma é um drogadito.

Não vou dar informações porque elas são inúteis e você não é bobo. Nem vou dar conselhos paternais. Não há coisa que adolescente deteste mais que conselhos paternais e diálogo. A regra é a seguinte: velho deu conselho para adolescente, o adolescente faz o contrário. Ele não tem alternativas: é obrigado a fazer o contrário. A adolescência, definida como patologia psicológica, é uma



Marta Strauch

programação mental freqüentemente temporária, que compulsivamente obriga a pessoa que dela sofre a fazer o oposto do que dizem os pais e os seus aliados. Assim, não vou dar conselhos. Sou psicanalista: o meu ofício me proíbe de dar conselhos. Dito pelo Fernando Pessoa/Bernardo Soares: *Dar conselhos é insultar a faculdade de errar que Deus deu aos outros. Apenas é compreensível que se peçam conselhos aos outros – para saber bem, ao agir ao contrário, quem somos...*

Há determinados atos que não são feitos em solidão. Por exemplo: beber cerveja. Você já viu algum comercial de cerveja, o cara bebendo a cerveja em casa, no quarto, sozinho? Pode até ser que alguém goste de beber cerveja sozinho – mas isso é raro, e o tal tipo com certeza é meio esquisito, não tem amigos. Sozinho, a cerveja não tem o mesmo gosto. Falta alegria. Cerveja é coisa de festa, estar junto.

Cerveja é coisa sagrada, sacramento. Sacramento, segundo os teólogos, é uma coisa que não é só ela. Ela contém uma outra – que é precisamente a mais importante. Segundo os teólogos o pão e o vinho contêm o Corpo de Cristo. Pois a cerveja

contém o corpo dos outros, o sorriso dos outros, a amizade dos outros. Beber uma cerveja com os amigos é afirmar pertencer ao conjunto dos amigos. Coisa da teoria dos conjuntos em matemática. João pertence ao conjunto daqueles que estão bebendo cerveja. O fato de todos beberem, com ele, atesta que ele não está sozinho. Se ele bebesse coca-cola ele estaria fora do conjunto.

Para as crianças o conjunto importante é o dos pais. Pode ser que elas estejam absortas, brincando com os amiguinhos. Mas na hora do aperto é para os pais que elas correm. O conjunto "crianças brincando" está contido num conjunto maior onde se encontram o pai e a mãe. A identidade das crianças se define pela referência aos pais.

A adolescência começa quando a criança mata os pais – apaga-os do seu conjunto. Adolescente morre de vergonha de carinhos melosos dos pais, à vista dos companheiros. A melosidade dos pais é sinal de que eles ainda não conseguiram sair do curral, ainda são ovelhinha do papai e da mamãe. Por isso o adolescente cria uma série de "sacramentos negativos" – símbolos de "não pertencer" ao conjunto dos pais. Dou-lhes até um moto em latim: *Nitimus in vetitum: esforçamo-nos para o proibido! Se faço o que os meus pais e o mundo deles proíbem, isso quer dizer que não pertenço mais ao mundo deles!*

Mas não basta que seja assim. É preciso que os outros saibam. Daí a importância do sacramento. *Divitio-me andando, de manhã, e vendo os adolescentes que vão indo para a escola. Há umas adolescentes, uns quinze anos de idade, com o cigarrinho pendurado na boca. Não, não é o cigarro high society, no meio dos dedos médio e indicador, mãos languidamente estendidas. Cigarro assim é sacramento do mundo dos pais. O cigarrinho vai dependurado, o rosto compondo uma máscara de deboche e depravação. A mocinha não sabe, mas ela está dizendo: Nitimus in vetitum: habito um mundo em que, se meu pai e minha mãe soubessem, ficariam horrorizados!*

Ao lado dos "sacramentos negativos", que atestam o "não pertencer ao conjunto", há os "sacramentos positivos" – como a eucaristia e a cerveja – que atestam o "pertencer ao conjunto". O sacramento tem, obrigatoriamente, de ser algo proibido. Não pode ser nem tomar sorvete e nem recitar o credo apostólico. Es-

ses seriam atos que trariam deleite aos pais. Que filhos encantadores, coroação de um lar exemplar e uma educação cristã! É preciso que o sacramento implique transgressão do mundo dos pais – um ato de violência.

Veja: é preciso que haja um rompimento com o mundo dos pais. Dito pelo Gibran Khalil Gibran: *Vossos filhos não são vossos filhos... Podereis abrigar seus corpos, mas não suas almas. Vós sois os arcos dos quais vossos filhos são arremessados como flechas vivas... Que o vosso encurvamento na mão do Arqueiro seja vossa alegria... Mas a imagem da flecha contém um engano. O Arqueiro dispara a flecha; a flecha voa para o alvo mirado pelo Arqueiro. Mesmo voando, ele está à mercê do desejo do Arqueiro. Quanto aos filhos, a verdade é outra. Gibran deveria ter dito: Disparadas as flechas, elas se transformam em aves que voam como querem e não como o Arqueiro deseja.*

Seria lindo assim, as flechas se transformando em pássaros, os filhos saindo da segura e alegre gaiola da infância, para os espaços livres pelos quais os pais não conseguem voar. Voam os filhos e nós ficamos.

Sim, seria lindo! Mas vocês, adolescentes não são flechas-pássaros, livres da gaiola, voando pelo espaço livre. São pássaros que, saídos de uma gaiola, logo entram noutra. Os arames dessa nova gaiola são diferentes dos arames das gaiolas paternas, que vocês viam. São invisíveis. Sem identidade própria – sozinhos vocês se sentem perdidos – vocês precisam dos outros. O seu espelho é o sorriso de aprovação dos outros que compõem o grupo: grupo-gaiola. Mas, para entrar na gaiola onde mora a sua identidade é necessário participar dos sacramentos. Como na igreja: primeira comunhão. O proibido: *Nitimus in vetitum*. E haverá algo que seja mais proibido que as drogas? As drogas são o sacramento da participação no grupo que lhes confere identidade. No seu momento inicial, as drogas são sempre uma experiência de pertencer. O solitário não consome drogas – ele não quer pertencer – ele vive só...

Os especialistas procuram, por detrás das drogas, experiências infantis de horror e falta de amor: os pais são os culpados. Eu acho diferente: no fundo das drogas está a busca de identidade e amor por parte de alguém que é fraco demais para enfrentar a solidão. Toma o sacramento para não estar sozinho, para ser diferente, para pertencer ao grupo. Afinal, a adolescência é um terrível medo da solidão.

Projeto Egbé – Territórios Negros

O objetivo geral de KOINONIA com o Projeto Egbé – Territórios Negros é contribuir para a redução do preconceito contra o povo negro, e para a garantia de seus territórios, buscando auxiliar nas suas estratégias de auto-sustentação e melhoria de qualidade de vida.

Tendo por foco os terreiros de candomblé localizados em Salvador (BA) e as comunidades negras rurais dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, os objetivos específicos propostos por KOINONIA nesse projeto são:

- Apoio público: propiciar o conhecimento da sociedade civil sobre a existência e a situação dos *territórios negros*.
- Apoio jurídico: apoiar iniciativas no campo jurídico para o reconhecimento civil e garantia de propriedade desses *territórios*.
- Apoio etno-ambiental: apoiar alternativas de recuperação e manejo etno-ambiental.
- Ação para qualidade de vida: formar jovens universitários para a ação solidária, viabilizando trabalhos voluntários junto a essas populações.

O informativo *Territórios Negros* é bimestral, com tiragem de 750 exemplares, dirigidos prioritariamente às comunidades negras rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Mas você pode acessá-lo na íntegra pela internet no endereço:
<http://www.koinonia.org.br/projetos/tn/4>

Colabore com notícias e manifeste sua opinião.



REPARTIR A TERRA PARA MULTIPLICAR O PÃO

Campanha pela Emenda Constitucional que limita o tamanho da propriedade da terra no Brasil

O QUE É A CAMPANHA?

A campanha é uma ação de conscientização da sociedade brasileira a respeito da injusta realidade agrária do País, e de pressão sobre os políticos para que introduzam na Constituição federal mecanismos que limitem o tamanho da propriedade da terra no Brasil, eliminando os latifúndios. No País existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados, ocupando uma área de 331.364.012 ha. Os minifúndios representam 62,2% dos imóveis e ocupam 7,9% da área total. Os latifúndios são 2,8% dos imóveis e ocupam 56,7% da área total.

O Brasil tem a segunda maior concentração da propriedade fundiária em todo o planeta. Os latifundiários e o próprio governo impedem, por meio da força e de leis, que seja promovida uma ampla distribuição da terra.

Os promotores da campanha entendem que o Estado brasileiro tem a obrigação de garantir o direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela precisam para trabalhar.

Esta campanha é um instrumento de resgate da cidadania e não se prende a razões de cunho ideológico. Ela visa superar o latifúndio, responsável pelo atraso econômico e pela exclusão da cidadania de milhões de brasileiros.

O QUE SE QUER ALTERAR NA CONSTITUIÇÃO?

No artigo 186, em que a constituição define a função social da propriedade, queremos introduzir um quinto inciso, limitando o tamanho de todo latifúndio a uma área correspondente no máximo a 35 módulos fiscais. Terras acima de 35 módulos fiscais seriam automaticamente democratizadas pelo Estado e colocadas nas mãos dos trabalhadores sem terra para cultivo.

A introdução dessa medida resultaria numa disponibilidade imediata de mais 200 milhões de hectares de terras para as famílias acampadas sem que para isto tenham de ser despendidos recursos públicos para a indenização dos "proprietários". Recursos que são hoje gastos em processos desapropriatórios poderiam ser empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e à assistência técnica aos trabalhadores assentados.

COMO PARTICIPAR?

Participe da campanha fazendo a mais ampla divulgação possível por todos os meios à sua disposição sobretudo em escolas, igrejas, locais de trabalho, associações e sindicatos.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo conclama todos para que ajudem a fazer a coleta de assinaturas em todo o Brasil, para demonstrar aos parlamentares qual é a vontade do povo. *As folhas de assinaturas podem ser conseguidas na secretaria da campanha ou em qualquer uma das entidades-membros.* Vamos lutar para que fique expresso em nossa constituição um limite máximo para a propriedade rural no Brasil. Assim poderão ser criadas possibilidades reais de acesso à terra para milhões de trabalhadores rurais sem terra, estabelecendo condições para a diminuição da miséria no Brasil.

ENDEREÇOS PARA ONDE ENVIAR AS FOLHAS DOS ABAIXO-ASSINADOS

Secretaria Nacional da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra no Brasil
SDS Bloco P/36 Ed. Venâncio III Sala 204
70393-900 Brasília DF
Tel (61) 323-1770 Fax (61)321-4130
E-mail: forumrefagraria@yawl.com.br